



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2022

São Paulo, 28 de março de 2022.

A Administração da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** (“Even” ou “Companhia”) apresenta aos Srs. Acionistas a presente Proposta da Administração contendo as informações exigidas pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2022 às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 2º andar, Conjunto 22, Jardim Europa, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação remota**, através da plataforma digital Zoom (“AGO” e “Plataforma Digital”, respectivamente), para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes;
2. Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária; e
3. Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022.

Esclarece-se, ainda, que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia se encontram disponíveis nos websites da companhia (<https://ri.even.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), e foram publicados no jornal “O Estado de São Paulo”, em 23 de março de 2022.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS WOLLENWEBER FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Orientação para Participação dos Acionistas na AGO..... | 4 |
| Documentos necessários para pessoas físicas | 4 |
| Documentos necessários para pessoas jurídicas..... | 4 |
| Documentos necessários para fundos de investimento..... | 4 |
| Para participação presencial na AGO | 5 |
| Para participação a distância da AGO | 6 |
| Para participação por Boletim de Voto a Distância | 7 |
| Proposta da Administração para a AGO..... | 8 |
| (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as | |
| Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de | |
| dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores | |
| Independentes. :..... | 8 |
| (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido da | |
| Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de | |
| dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de | |
| Administração, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. | 9 |
| (iii) Deliberar sobre a fixação do limite do valor da remuneração global anual dos | |
| administradores da Companhia para o exercício social 2022, conforme proposta da | |
| administração: | 10 |
| ANEXO A..... | 11 |
| COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA | 11 |
| ANEXO B | 55 |
| DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E INFORMAÇÕES SOBRE DIVIDENDOS..... | 55 |
| ANEXO I | 61 |
| PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL | 61 |
| ANEXO C | 63 |
| Proposta de Remuneração dos Administradores | 63 |

Orientação para Participação dos Acionistas na AGO

A AGO será realizada **de modo parcialmente digital**, o que permitirá aos acionistas da Companhia participarem e votarem tanto: (a) presencialmente na sede da Even; (b) a distância por meio da Plataforma Digital Zoom; e (c) por meio do boletim de voto a distância. A seguir informações adicionais a cerca de cada forma de participação na AGO serão disponibilizadas, além dos documentos que os acionistas devem apresentar para participar da referida AGO.

Independente da forma como o acionista da Companhia atenderá a AGO, para participar da AGO será exigida a apresentação dos documentos relacionados a seguir:

Documentos necessários para pessoas físicas:

1. Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador; e
2. Instrumento de mandato (procuração) com a identificação clara do signatário e dos poderes para representar o acionista nas assembleias da Companhia, se for o caso.

Documentos necessários para pessoas jurídicas:

1. Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e, se aplicável, de seu procurador;
2. Documento de identidade com foto do representante legal do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador; e
3. Instrumento de mandato (procuração) com a identificação clara do signatário e dos poderes para representar o acionista nas assembleias da Companhia, se for o caso.

Documentos necessários para fundos de investimento:

1. Último regulamento consolidado do fundo;
2. Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do referido fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
3. Documento de identidade com foto do representante legal ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador; e
4. Instrumento de mandato (procuração) com a identificação clara do signatário e dos poderes para representar o acionista nas assembleias da Companhia, se for o caso.

Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar o comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, com data-base de, no máximo, 3 (três) dias de antecedência à data da AGO.

A Companhia esclarece, ainda, que dispensará o reconhecimento de firma do outorgante no instrumento de mandato (procuração) para representação do Acionista, bem como a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que estejam em língua estrangeira, bastando o envio de cópia simples de tais documentos. No que se refere aos documentos de identidade, serão aceitos os documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNM, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Os documentos assinados digitalmente, sejam, por exemplo, os instrumentos de mandato (procuração) ou o boletim de voto a distância, devem ter assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020, sendo: (a) assinatura digital avançada, aquela utilizada por certificadoras privadas, como, por exemplo, DocuSign, ClickSign etc.; e (b) assinatura digital qualificada aquela que possui certificação digital via ICP-Brasil.

Para participação presencial na AGO

Os Acionistas da Companhia que optarem por participar **presencialmente** da AGO devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com **antecedência de 1 (uma) hora** em relação ao horário indicado.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, recomenda-se o envio dos documentos acima listados para a Companhia no e-mail **ri@even.com.br**, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores e com solicitação de confirmação de recebimento, **preferencialmente com antecedência de 2 (dois) dias** da data prevista para a realização da AGO, ou seja, até **o dia 26 de abril de 2022**. Vale ressaltar que o acionista que comparecer à AGO munido dos documentos acima mencionados, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Para participação a distância da AGO

Os Acionistas que desejarem participar da AGO a distância através da **Plataforma Digital Zoom** deverão enviar a documentação solicitada para o e-mail **ri@even.com.br**, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores e com solicitação de confirmação de recebimento, com, **no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência** da data designada para a realização da AGO, ou seja, **até o dia 26 de abril de 2022**.

A Companhia informa que enviará os convites individuais de acesso e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital aos Acionistas que tenham apresentado a documentação e a solicitação de participação a distância no prazo e nas condições acima.

Em linha com o §1º, inciso II do Artigo 21-C da ICVM 481/09, a AGO será integralmente gravada e, nos termos do Artigo 21-V, §1º da ICVM 481/09, o Acionista devidamente credenciado a participar da AGO por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da ata. Nos termos do Artigo 5º da ICVM 481/09, **não será admitido o acesso à Plataforma Digital Zoom os Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo de, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência** da data designada para a realização da AGO, ou seja, **até o dia 26 de abril de 2022**.

Caso o Acionista que tenha enviado toda a documentação e solicitado sua participação na AGO através da Plataforma Digital Zoom não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO com antecedência mínima de **24 horas da sua realização (ou seja, até as 10 horas do dia 27 de abril de 2022)**, este deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3377-3777 – em qualquer cenário, antes das 10 horas do dia 28 de abril de 2021, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) as respectivas instruções para acesso.

Os requisitos técnicos para participação da AGO por meio digital são:

1. Se for participar por dispositivo móvel: (i) ter o app da Plataforma Digital Zoom instalado; e (ii) ter conexão 4G ou banda larga de 8MB ou superior;
2. Se for participar por computador: (i) ter navegador da Web nas seguintes especificações: *se Windows*: IE 11, Edge 12, Firefox 27, Chrome 30 ou posteriores; *se MAC*: Safari 7, Firefox 27, Chrome 30 ou posteriores, ou *se Linux* Firefox 27, Chrome 30 ou posteriores; (ii) processador Dual Core 2 GHz de frequência ou superior (i3/i5/i7 ou equivalente da AMD); (iii) conexão de banda larga com a Internet de 8MB ou superior; e (iv) webcam integrada ou câmera USB externa.

Para informações adicionais acesse: <https://support.zoom.us/hc/pt-br/articles/201362023-Requisitos-do-sistema-Zoom-Windows-macOS-Linux>

A Companhia solicita que os Acionistas que optarem pela participação digital garantam previamente a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com o sistema a ser utilizado na AGO e acessem a plataforma com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para início da AGO. Reforça-se que a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico, decorrente de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos.

O Acionista cadastrado que optar por participar a distância da AGO via Plataforma Digital Zoom por meio de vídeo e áudio deverá manter a sua câmera ligada durante toda a AGO para assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Digital Zoom.

Para participação por Boletim de Voto a Distância

O Acionista também poderá exercer o voto na AGO por meio do Boletim de Voto a Distância (“Boletim”), nos termos dos Artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, cujo modelo foi disponibilizado no website www.ri.even.com.br e, ainda, no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>), nos termos e prazos previstos na referida ICVM 481/09.

Para o Boletim ser considerado válido e os votos nele contabilizados, o acionista ou seu(s) representante(s) deverá: (i) preencher todos os campos do Boletim; (ii) rubricar todas as páginas do Boletim; e (iii) assinar a última página do Boletim.

O Boletim e os documentos do acionista podem ser enviados, a partir desta data, para:

1. a Companhia para o e-mail: ri@even.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores e com solicitação de confirmação de recebimento; ou
2. ao Escriturador, caso as ações do acionista não estejam depositadas em depositário central: ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. | O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura

onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>>.

O envio do Boletim e da documentação do acionista pode ser realizado, a partir desta data, **até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO (ou seja, até 21 de abril de 2022, inclusive)**. O envio do Boletim com antecedência, quando possível, contribui efetivamente para o melhor desenvolvimento da Assembleia.

A Companhia poderá, após o recebimento da documentação e uma vez identificados vícios de representação, solicitar a reapresentação/complementação da documentação e, caso não sanados, desconsiderar os votos recebidos.

Proposta da Administração para a AGO

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, a Companhia deve promover uma Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Abaixo encontram-se as informações e esclarecimentos acerca das matérias a serem deliberadas em sede de AGO:

(i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes. :

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras Resumidas da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, observado Parecer de Orientação da CVM Nº 39, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes resumidos, foram publicados no jornal “O Estado de São Paulo” e enviados à CVM e as suas versões integrais colocadas à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* www.ri.even.com.br.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo art. 9º, inciso III, da ICVM 481/09 constam do **Anexo A** desta Proposta.

(ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia apurou lucro líquido de R\$231.211.575,23 (duzentos e trinta e um milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação ao lucro líquido de 2021:

| | |
|---|--------------------|
| Lucro Líquido do exercício | R\$231.211.575,23 |
| Reserva Legal (5% do lucro líquido) | R\$ 11.560.578,76 |
| Dividendo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado), já pago conforme deliberações do conselho de administração ocorridas em 15.12.2021 e 15.06.2021 | R\$ 54.912.749,12 |
| Dividendo adicional proposto (0,04% do lucro líquido ajustado), já pago conforme deliberações do conselho de administração ocorridas em 15.12.2021 e 15.06.2021 | R\$ 86.634,93 |
| Proposta para Retenção de Lucros | R\$ 162.232.333,24 |
| Ações em tesouraria | R\$ 55.889.065,28 |
| Reserva de Retenção de Lucros | R\$ 106.343.267,96 |

Ao longo do exercício social de 2021, a Companhia declarou, *ad referendum* da assembleia geral, dividendos intermediários na monta R\$54.999.384,05, na forma do artigo 204, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., e do inciso “xvi”, do artigo 20, e artigo 35, do Estatuto Social da Companhia, sendo: (a) R\$39.999.613,65, com lastro nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 1º Trimestre de 2021, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de junho de 2021; e (b) R\$14.999.770,40, com lastro nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 3º Trimestre de 2021, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2021.

Assim, a Administração da Companhia propõe a ratificação da **distribuição de dividendos no valor total de R\$54.999.384,05**, representando, nesta data, R\$0,26658730 por ação ordinária de emissão da Companhia ex-tesouraria, sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, bem como a sua imputação

ao dividendo obrigatório e dividendo adicional. Tendo em vista que esse montante já foi integralmente pago aos acionistas, a Administração da Companhia propõe que não seja aprovada uma nova distribuição de dividendos.

Ademais, a Administração propõe a retenção do saldo do lucro líquido ajustado, conforme orçamento de capital.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 constam do **Anexo B** desta Proposta.

(iii) Deliberar sobre a fixação do limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social 2022, conforme proposta da administração:

Para o exercício de 2022, a Administração da Companhia propõe a remuneração global anual dos seus administradores de **R\$ 28.976.296,00 (vinte e oito milhões, novecentos setenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais)**, que representa um aumento em relação ao exercício anterior, conforme descrito no **Anexo C**.

Após a aprovação da remuneração global anual pela AGO, caberá ao Conselho de Administração da Even deliberar sobre a respectiva distribuição.

As informações sobre a remuneração global anual dos administradores requeridas no Artigo 12, inciso II, da CVM 481/09 constam do **Anexo C** desta Proposta.

A Administração da Companhia permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS WOLLENWEBER FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANEXO A

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(item 10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras patrimoniais gerais

A Companhia apurou lucro líquido de R\$231,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nos exercícios sociais anteriores, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$14,7 milhões no exercício social de 2020 e R\$119,2 milhões no exercício social de 2019.

Receita Líquida: O aumento da receita líquida consolidada para R\$2.276 milhões (*versus* R\$1.671 milhões em 2020 e R\$1.846 milhões em 2019) deve-se principalmente ao maior volume lançamentos, com oscilação anual de +84% (*versus* -30% em 2020 e +78% em 2019), ocasionado pela retomada comercial, especialmente nos segmentos médio-alto e alto, após o impacto da pandemia da Covid-19 em 2020. Além disto, em 12 de janeiro de 2021, foi consumada a alienação de alguns imóveis do empreendimento imobiliário denominado Condomínio Pedroso Alvarenga, quais sejam um hotel, um restaurante e 32 unidades autônomas de *studios*, o que também contribuiu para o aumento da receita no ano.

Posição de Caixa: A posição de caixa ao final de 2021 era de R\$941,6 milhões com alavancagem (caixa líquido/patrimônio líquido) de 24,2%. A Companhia teve uma geração de caixa operacional em 2021 de R\$35,7 milhões, descontados os valores destinados à recompra de ações e ao pagamento de dividendos.

Em 2020, a posição de caixa era de R\$1.288,9 milhões com alavancagem (caixa líquido/patrimônio líquido) de 33,7%. A Companhia teve uma geração de caixa em 2020 de R\$1.310,0 milhões.

Em 2019, a posição de caixa era de R\$940,3 milhões com alavancagem (dívida líquida/patrimônio líquido) de 24,8%. A Companhia teve uma geração de caixa em 2019 de R\$276,7 milhões.

O caixa líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$628,0 milhões e, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$835,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía dívida líquida de

R\$465,3 milhões.

A Companhia apresentou liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) de 1,9x em 2021, 2,3x em 2020 e 2,6x em 2019.

Desta forma, a Administração da Companhia conclui por haver plenas condições financeiras e patrimoniais para implementar o atual plano de negócios e cumprir as obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada, principalmente, pela relação do caixa líquido sobre patrimônio líquido, apresenta nível saudável de alavancagem, obtido sobretudo pela relevante geração de caixa percebida a partir do exercício social de 2020, bem como pela reestruturação do perfil das dívidas – menores taxas, prazo mais alongado e perfil de amortização em linha com a geração de caixa oriunda da comercialização do estoque pronto das sociedades controladas pela Companhia.

Em 2021, a Companhia apresentou relação de dívida líquida¹ e patrimônio líquido de -0,242 (*versus* -0,337 em 2020 e 0,248 em 2019), consolidando o sucesso da estratégia de desalavancagem e coerência na gestão financeira da Companhia.

⁽¹⁾ Dívida líquida = empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (+) debêntures de curto e longo prazo

(-) caixas e aplicações financeiras

Detalhamento do passivo em milhares de Reais (R\$):

| | 2021 | % | 2020 | % | 2019 | % |
|------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Passivo Circulante | 2.315.443 | 39% | 1.650.343 | 32% | 1.341.434 | 27% |
| Passivo Não Circulante | 1.022.129 | 17% | 1.045.017 | 20% | 1.764.669 | 35% |
| Patrimônio Líquido | 2.592.338 | 44% | 2.481.417 | 48% | 1.877.442 | 38% |
| Total | 5.929.910 | 100% | 5.176.777 | 100% | 4.983.545 | 100% |

É importante ressaltar que, em 2021, a soma dos empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo) totalizou R\$313,5 milhões, composto por: 75% em financiamentos à produção/construção de projetos (SFH

e CRIs de estoques); e 25% em dívida corporativa (CCBs securitizados por meio de CRIs no mercado de capitais). Enquanto, em 2020, a soma dos empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo) totalizou R\$453,2 milhões, composto por: 71% (setenta e um por cento) em financiamentos à produção/construção de projetos; e 29% (vinte e nove por cento) em dívida corporativa.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os últimos anos foram tomados por desafios tanto internos quanto externos. Em 2020, a Companhia deu início ao seu plano mais recente de redução das suas dívidas corporativas e do volume do seu estoque pronto, estratégia que teve continuidade rigorosamente ao longo do ano de 2021.

Em 2021, a Companhia apresentou uma geração de caixa operacional no valor de R\$35,7 milhões, descontados os efeitos de recompra de ações e de pagamento de dividendos.

Lembrando que a Companhia encerrou 2021 com R\$941,6 milhões em Caixa e Disponibilidades, o suficiente para cobrir tempestivamente com seus compromissos financeiros.

A Companhia controla diligentemente toda a carteira e o comportamento dos clientes o que permite a tomada de providências com antecedência.

É importante ressaltar que a Companhia possui bom nível de acesso ao crédito imobiliário (financiamento à produção), o que atesta a qualidade da carteira de recebíveis e a liquidez dos empreendimentos.

Por fim, a Administração avalia constantemente o fluxo de caixa e os resultados da Companhia, o que engloba indicadores como caixa, endividamento, alavancagem, lucro líquido e ROE (retorno sobre o patrimônio líquido). As diretrizes para avaliação e tomada de decisão em relação ao fluxo de caixa da Companhia estão baseadas na política financeira aprovada e revisada pelo Conselho de Administração periodicamente. É importante destacar que a Companhia honrou (em 2019, 2020 e 2021) e continuará honrando suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia seu capital de giro prioritariamente por meio de linhas de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação. Esta fonte oferece taxas de juros mais baixas em relação a outras fontes

de recurso disponíveis no mercado, opções de pagamento antecipado e possibilidade de transferência da dívida para os clientes. Preponderantemente, a Companhia financia o capital de giro com recursos oriundos das antecipações de clientes e faturamento das vendas.

- Adicionalmente, as operações podem ser financiadas por meio de linhas de crédito vinculadas a aquisições de terrenos, securitização de recebíveis ou captações de longo prazo para cobrir necessidades de capital de giro dos projetos.
- A Companhia objetiva maximizar o volume de transferência para bancos dos recebíveis resultantes de vendas de unidades concluídas, reduzindo assim a necessidade adicional de capital de giro.
- Apesar de não significativa, a necessidade de investimentos em ativos não-circulantes é financiada pela própria geração de caixa e captações de dívidas corporativas de longo prazo.
- Ressalta-se que esta tem sido a estratégia adotada pela Companhia ao longo dos anos, inclusive 2019, 2020 e 2021.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que continuará tendo acesso a financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e dívida corporativa, como CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), CCBs (Cédula de Crédito Bancário) e Debêntures, na medida em que possui indicadores saudáveis de alavancagem e liquidez em geral. Portanto, estas continuariam sendo as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, no caso de uma eventual deficiência de liquidez, podendo apenas, eventualmente, haver oscilações no custo destas dívidas.

Em 2021, a Companhia não realizou novas captações de dívidas corporativas.

Adicionalmente, a Companhia pode reduzir sua necessidade de capital de giro por meio de práticas operacionais ainda mais conservadoras do que as praticadas atualmente, as quais seriam mais apropriadas a um cenário de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os níveis de endividamento da Companhia são compatíveis com as práticas do setor imobiliário. Na maioria dos contratos, as liberações de caixa feitas pelas instituições financeiras ocorrem durante o período da obra e, após a conclusão dela, há uma carência média de 6 (seis) meses para quitação da

dívida. Os financiamentos realizados de acordo com o Sistema Financeiro da Habitação geralmente são garantidos por hipoteca, em primeiro grau, do imóvel objeto da incorporação imobiliária.

Outra parte do endividamento é proveniente de linha de terrenos, que é disponibilizada para aquisição de terrenos assegurados pelo financiamento à produção e emissões de crédito de recebíveis imobiliários – CRIs.

Composição do endividamento da Companhia:

| (R\$ mil) | Em 31 de dezembro de | | |
|--|----------------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários | 958.071 | 318.988 | 115.702 |
| CCB (financiamento a terreno e recebíveis) | 112.017 | 11.433 | 21.914 |
| Crédito imobiliário (financ. à produção) | 331.805 | 122.819 | 175.917 |
| Swap | 3.862 | 0 | 0 |
| Total | 1.405.755 | 453.240 | 313.533 |

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha:

Certificados de Recebíveis Imobiliários

As linhas de financiamento compostas por operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) junto a: Habitasec e True (ex Ápice) estão sujeitas à variação do CDI, acrescido de 1,5% (um vírgula cinco por cento) a 3% (três por cento) ao ano, e à variação do IPCA, acrescido de 9% (nove por cento) ao ano.

Financiamento de terreno e Recebíveis

As linhas de financiamento de terrenos estão sujeitas à variação de 100% da taxa do CDI, acrescidos de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.

Crédito Imobiliário

A administração da Companhia acredita que as linhas de crédito imobiliário apresentam vantagens competitivas, pois são compostas por contratos celebrados junto aos principais bancos de crédito imobiliário do país, como Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Ourinvest,

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

Santander e Safra, cujas respectivas condições são analisadas individualmente, a cada necessidade de contratação para os empreendimentos.

Estas linhas são indexadas pela Taxa Referencial (TR) acrescida de *spread* que varia entre 4,0% (quatro por cento) e 9,0% (nove por cento) ao ano, com vencimento em linha com os prazos de entrega de cada um dos empreendimentos. Normalmente, elas são garantidas pela hipoteca do imóvel onde é desenvolvido o projeto beneficiado pelo financiamento. As principais obrigações vinculadas ao crédito imobiliário são atingimento mínimo do percentual de vendas das unidades, patamar de evolução física da obra, registro da hipoteca em favor do credor e penhor dos recebíveis.

Cronograma Para Amortização

A tabela abaixo representa o cronograma para amortização da dívida total da Companhia, no valor total de R\$313.533 mil (apurado em 31/12/2021):

| Ano | Valor Total (em R\$ mil) |
|----------------|---------------------------------|
| 2022 | 106.019 |
| 2023 | 159.450 |
| 2024 em diante | 48.064 |

A tabela abaixo representa o cronograma para amortização da dívida total da Companhia, no valor total de R\$453.240 mil (apurado em 31/12/2020):

| Ano | Valor Total (em R\$ mil) |
|----------------|---------------------------------|
| 2021 | 142.878 |
| 2022 | 165.108 |
| 2023 em diante | 145.254 |

A tabela abaixo representa o cronograma para amortização da dívida total da Companhia, no valor total de R\$1.405.755 mil (apurado em 31/12/2019):

| Ano | Valor Total (em R\$ mil) |
|------------|---------------------------------|
| 2020 | 471.940 |
| 2021 | 311.579 |

2022 em diante

622.236

(i) **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

| <i>(R\$ mil)</i> | | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Contratos Financeiros Relevantes | Encargos | Venc. | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários | 11ª Emissão 2018: 100% CDI + spread 3% a.a. | 15/11/2022 | 308.091 | 644.544 | 84.392 | 234.597 | 72.694 | 43.008 |
| | Emissão 2018: 100% IPCA + spread 8% a.a. | 06/10/2026 | | | | | | |
| | 12ª Emissão 2018: 100% CDI + spread 1,75% a.a. | 28/09/2026 | | | | | | |
| | 13ª Emissão 2019: 100% CDI + spread 1,5% a.a. | 02/08/2023 | | | | | | |
| | 14ª Emissão 2019: 100% CDI + spread 1,5% a.a. | 21/10/2024 | | | | | | |
| Crédito Imobiliário | Taxa Referencial (TR) + 4% a 11,5 % a.a. | 2019 a 2025 | 78.061 | 253.740 | 58.578 | 64.240 | 21.861 | 154.056 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | | | | |
|--------------|--|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| CCBs | 4ª Emissão: 130% CDI a.a. | 15/12/2020 | 85.788 | 26.230 | -92 | 11.526 | 11.463 | 10.451 |
| | CCB BBM: 100% CDI + spread 1% a.a. | 15/08/2025 | | | | | | |
| | CCB DM: 100% CDI + 1,75% a.a. | 22/11/2023 | | | | | | |
| Swap | Ativa: 1,5% a.a. + 100% CDI Passiva: 5,55% a.a. + 100% IPCA. | 24/04/2020 | - | 9.298 | - | - | - | - |
| Total | | | 471.940 | 933.813 | 142.878 | 310.363 | 106.019 | 207.514 |

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia administra seus empreendimentos no regime especial tributário de Patrimônio de Afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ele vinculados, são apartados do patrimônio do incorporador.

Na contratação de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional, a comercialização das unidades deve contar com a anuência da instituição financiadora e os recursos financeiros considerando-se os valores a receber até sua conclusão, são destinados à quitação deste financiamento.

Os demais recursos destinados para capital de giro são atrelados aos *covenants*, ou seja, cláusulas contratuais de títulos de dívida, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas. Caso um *covenant* seja violado, o credor tem o direito de requerer o vencimento antecipado da dívida. Estas condições têm por objetivo reduzir o risco de não recebimento por parte do credor e, também reduzir o custo da dívida.

- (iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições**

As dívidas da Companhia, de uma maneira geral, devem observar os seguintes índices e limites financeiros:

- (i) Relação entre dívida líquida, somada a contas a pagar em relação à aquisição de imóveis e terrenos, e patrimônio líquido, menor ou igual 1,2. Para os fins deste item (i), considera-se como “dívida líquida” o endividamento bancário de curto e longo prazo total, incluindo financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; “contas a pagar”, o valor indicado nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia ou das informações financeiras trimestrais consolidadas em relação à aquisição de imóveis e terrenos líquido do pagamento de permutas financeiras; e considera-se como “patrimônio líquido”, o patrimônio líquido constante de nas demonstrações financeiras anuais consolidadas ou das informações financeiras trimestrais consolidadas; e
- (ii) Relação entre total dos recebíveis, somados aos estoques; e dívida líquida, somada a contas a pagar por conta aquisição de imóveis e terrenos e somados a custo e despesas a apropriar relativo a construções, maior ou igual a 1,5. Para os fins deste item (ii), considera-se como “total dos recebíveis” à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo refletidos nas demonstrações financeiras ou informações financeiras, conforme indicado nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais consolidadas ou informações financeiras trimestrais consolidadas em função da prática contábil aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade 963/03; “estoques” valor constante na conta estoque no balanço patrimonial, constante nas demonstrações financeiras anuais consolidadas ou informações financeiras trimestrais consolidadas, “dívida líquida” o endividamento bancário de curto e longo prazo total, incluindo financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional, menos as nossas disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; “contas a pagar”, o valor indicado nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais consolidadas ou das informações financeiras trimestrais consolidadas em relação à aquisição de imóveis e terrenos líquido do pagamento de permutas financeiras; e “custos e

despesas a apropriar”, o valor indicado nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais consolidadas ou das informações financeiras trimestrais consolidadas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia acredita que os limites de utilização dos financiamentos já contratados estão dentro dos padrões de mercado para o setor de atuação da Companhia. Os financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação são exclusivamente destinados à utilização nas obras dos respectivos empreendimentos. Os recursos são liberados conforme avanço físico-financeiro das obras. As linhas de financiamento de terrenos são destinadas exclusivamente à aquisição de terrenos específicos, sendo liberadas mediante o processo de aquisição. Para os demais tipos de dívida não há condições para liberação dos recursos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, havia empréstimos enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação no valor de até R\$1.473.706 mil, dos quais R\$1.206.799 mil não foram utilizados até o encerramento do exercício (versus 2020: R\$1.102.224 mil contratados, dos quais R\$979.406 mil não foram utilizados até o encerramento do exercício; versus 2019: R\$850.178 mil contratados, dos quais R\$335.942 mil não utilizados; e versus 2018: R\$1.386 mil contratados, dos quais R\$459 mil não utilizados).

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta a seguir os resultados e as variações percentuais (análise horizontal representa a participação percentual dos itens sobre a receita operacional líquida no mesmo período e análise vertical representa a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

2020 x 2021

| (em R\$ mil, exceto porcentagem) | 2020 | A.V1 ⁽¹⁾ (%) | A.H2 ⁽²⁾ (%) | 2021 | A.V1 ⁽¹⁾ (%) | A.H2 ⁽²⁾ (%) |
|-------------------------------------|-----------|----------------------------|----------------------------|-----------|----------------------------|-------------------------|
| Receita Operacional Bruta | 1.732.912 | 100,00% | -8,68% | 2.326.302 | 100,00% | 34,24% |
| Receita de Incorporação e | 1.682.235 | 97,08% | -8,16% | 2.272.761 | 97,70% | 35,10% |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | | |
|--|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|
| Revenda de imóveis | | | | | | |
| Receitas de Construção e Prestação de Serviços | 50.678 | 2,92% | -23,21% | 53.541 | 2,30% | 5,65% |
| Deduções da Receita Bruta | -61.893 | -3,57% | 19,53% | -50.558 | -2,17% | -18,31% |
| Receita Líquida operacional | 1.671.020 | 100,00% | -9,48% | 2.275.744 | 100,00% | 36,19% |
| Custo das vendas realizadas | -1.188.582 | -71,13% | -12,22% | -1.643.701 | -72,23% | 38,29% |
| Lucro bruto | 482.438 | 28,87% | -1,91% | 632.043 | 27,77% | 31,01% |
| Receitas (despesas) operacionais | -214.708 | -12,85% | -16,70% | -367.130 | -16,13% | 70,99% |
| Despesas Comerciais | -118.807 | -7,11% | -20,59% | -142.431 | -6,26% | 19,88% |
| Despesas Gerais e Administrativas | -103.804 | -6,21% | 7,74% | -121.575 | -5,34% | 17,12% |
| Remuneração de Administradores | -16.267 | -0,97% | 103,08% | -34.416 | -1,51% | 111,57% |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas | 24.170 | 1,45% | -738,74% | -68.708 | -3,02% | -384,27% |
| Lucro Operacional Antes das Participações Societárias e do Resultado Financeiro | 267.730 | 16,02% | 14,37% | 264.913 | 11,64% | -1,05% |
| Resultado das Participações Societárias | 4.331 | 0,26% | 5,53% | 236 | 0,01% | -94,55% |
| Equivalência Patrimonial | 4.331 | 0,26% | 5,53% | 236 | 0,01% | -94,55% |
| Resultado Financeiro | 13.909 | 0,83% | -266,24% | 64.698 | 2,84% | 365,15% |
| Despesas financeiras | -52.297 | -3,13% | -35,39% | -38.033 | 1,67% | -27,77% |
| Receitas financeiras | 66.206 | 3,96% | -8,77% | 102.731 | 4,51% | 55,17% |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL | 285.970 | 17,11% | 24,43% | 329.847 | 14,49% | 15,34 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | | |
|--|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| IRPJ e CSLL | -32.839 | -1,97% | -13,04% | -41.931 | -1,84% | 27,69% |
| Corrente | -36.264 | -2,17% | -2,19% | -42.640 | -1,87% | 17,58% |
| Diferido | 3.425 | 0,20% | -599,27% | 709 | 0,03% | -79,30% |
| Lucro líquido das Operações Continuadas | 253.131 | 15,15% | 31,80% | 287.916 | 12,65% | 13,74% |
| Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas | -199.782 | -11,96% | 305,05% | 1.695 | -0,07% | -99,15% |
| Lucro Líquido antes da Participação de Minoritários | 53.349 | 3,19% | -62,63% | 286.221 | 12,58% | 436,51% |
| Participação de Minoritários | -38.665 | -2,31% | 64,19% | -55.009 | -2,42% | 42,27% |
| Lucro Líquido do Exercício | 14.684 | 0,88% | -87,68% | 231.212 | 10,16% | 1.474,58% |

(1) Análise Vertical.

(2) Análise Horizontal.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta atingiu R\$2.326.302 mil em 2021, representando um aumento de 34,24% em comparação com a receita operacional bruta de R\$1.732.912 mil apurada em 2020.

Receita de Incorporação e Revendas de Imóveis

Em 2021, a receita bruta de incorporação e revenda de imóveis foi de R\$2.272.761 mil, representando um crescimento de 35,10% em comparação aos R\$1.682.235 mil registrados em 2020.

Um dos fatores que contribuiu para o aumento da receita bruta de incorporação e revenda de imóveis em 2021 foi a alienação, consumada em 12 de janeiro de 2021, de alguns imóveis – um hotel, um restaurante e 32 unidades autônomas de *studios* – do empreendimento imobiliário denominado Condomínio Pedroso Alvarenga por R\$310 milhões. A receita desta operação refletida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$252,3 milhões.

Além disso, o VGV total lançado ao longo do ano de 2021 atingiu R\$2.892.774 mil (R\$2.398.395 mil considerando a participação da Companhia nos projetos), 84% superior ao volume de lançamentos no ano anterior. As vendas líquidas de 2021 totalizaram R\$1.943.088 mil (R\$1.621.122 mil considerando participação da Companhia nos projetos) e superaram em 4% as vendas líquidas registradas em 2020,

mesmo com a deterioração do cenário macroeconômico com a escalada da inflação, escassez de recursos e aumento da taxa de juros.

Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços decorre de taxas de administração cobradas sobre os serviços de gerenciamento e construção de empreendimentos para terceiros, sejam esses sócios em empreendimentos ou contratantes de serviços específicos. A receita de prestação de serviços atingiu R\$53.541 mil em 2021, sendo que em 2020 a referida receita foi de R\$50.678 mil.

Deduções de Receita Bruta

As deduções da receita representaram 3,57% da receita bruta em 2020 e 2,17% da receita bruta em 2021.

Receita Operacional Líquida

Após a incidência de tais impostos, a receita operacional líquida atingiu R\$2.275.744 mil em 2021, apresentando aumento de 36,19% em comparação com a receita operacional líquida de 2020.

Custos das Vendas Realizadas

Os custos das vendas realizadas atingiram R\$1.643.701 mil em 2021, um aumento de 38,29% em comparação com os custos das vendas realizadas em 2020 de R\$1.188.582 mil.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$632.043 mil em 2021, um aumento de 31,01% em relação em a 2020, quando o lucro bruto foi de R\$482.438 mil. A margem bruta em 2021 foi de 29,0%, expurgados os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo (correspondentes a encargos sobre dívida corporativa e financiamento à produção), com redução de 3p.p. em relação à margem bruta de 2020 de 32,0% (também expurgados efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo).

A redução da margem bruta é reflexo, em sua maior parte, do forte aumento do custo de construção observado ao longo de 2021 e de uma política de descontos de preços mais agressiva praticada no segmento do Rio Grande do Sul.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais em 2021 foram de R\$367.130 mil, correspondente a um aumento de 70,99% em comparação com as despesas operacionais em 2020 que foram de R\$214.708 mil. Esta variação é reflexo, principalmente, dos fatores indicados abaixo:

Despesas Comerciais

As despesas comerciais atingiram R\$142.431 mil em 2021 correspondente a um aumento de 19,88% em comparação com despesas comerciais em 2020 que foram de R\$118.807 mil.

Esta variação deve-se principalmente ao aumento do volume de lançamentos em comparação ao ano anterior: foram 18 empreendimentos/fases lançados em 2021 em comparação aos 13 projetos lançados em 2020.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$121.575 mil em 2021, correspondente a um aumento de 17,12% em comparação com as despesas gerais e administrativas em 2020 que foram de R\$103.804 mil. Este aumento deu-se em grande parte por conta do programa de Incentivos de Longo Prazo da Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração atingiu o valor de R\$34.416 mil em 2021, correspondente a um aumento de 111,57% em comparação com a remuneração da administração em 2020 que foi R\$16.267 mil. O aumento foi devido à remuneração variável e ao atingimento de metas de curto prazo, além do incentivo de remuneração variável de longo prazo.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$68.708 mil em 2021, correspondente a um aumento de 384,27% em comparação com as outras despesas operacionais em 2020 que foram -R\$24.170 mil. Essa variação deve-se ao volume de acordos executados em causas cíveis e trabalhistas, ao provisionamento de contingências em obras de parceiros e ao efeito positivo não recorrente de uma indenização recebida em 2020.

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$264.913 mil em 2021, correspondente a uma redução de 1,05% em comparação com o lucro operacional em 2020 que foi R\$267.730 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi positivo em R\$64.698 mil em 2021, correspondente a um aumento de 365,15% em comparação com os resultados financeiros em 2020 que foram de R\$13.909 mil. O resultado financeiro de 2021 deve-se, principalmente, aos fatores indicados abaixo:

Despesas Financeiras

As despesas financeiras foram de R\$38.033 mil em 2021, correspondente a uma redução de 27,27% em comparação com as despesas financeiras em 2020 que foram de R\$52.297 mil. Esta variação deve-se em parte pela redução das taxas de juros e do volume de dívidas da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras foram de R\$102.731 mil em 2021, correspondente a um aumento de 55,17% em comparação com as receitas financeiras em 2020 que foram R\$66.206 mil. Essa variação deve-se em parte ao aumento das taxas de juros que remuneraram aplicações financeiras e da nova estratégia de aplicação dos saldos financeiros.

Lucro Líquido antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL foi de R\$329.847 mil em 2021, correspondente a um aumento de 15,34% em comparação com o referido lucro líquido em 2020 que foi R\$285.970 mil.

IRPJ e CSLL

O valor total de IRPJ e CSLL foi de R\$41.931 mil em 2021, correspondente a um aumento de 27,69% em comparação com o valor total de IRPJ e CSLL em 2020 que foi de R\$32.839 mil.

Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas

O valor total de prejuízo líquido do exercício de operações descontinuadas foi de R\$1.695 mil em 2021, correspondente a uma redução de 99,15% em comparação com o valor total de prejuízo líquido do exercício de operações descontinuadas em 2020 que foi de R\$199.782 mil, referente ao resultado da Unidade de Negócio do Rio de Janeiro que foi descontinuada pela Companhia.

Participação de Minoritários

A participação de minoritários foi de R\$55.009mil em 2021, correspondente a um aumento de 42,27% em comparação com o valor total de participação minoritária em 2020 que foi de R\$38.665 mil em 2020. O aumento foi devido pelo reconhecimento do melhor resultado de empreendimentos com parceiros.

Lucro Líquido

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro líquido foi de R\$231.212 mil em 2021, apresentando um aumento de 1.474,58% em comparação com o lucro líquido de R\$14.684 mil reportado em 2020.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO**2019 x 2020**

| (em R\$ mil, exceto porcentagem) | 2019 | A.V1 ⁽¹⁾ (%) | 2020 | A.V1 ⁽¹⁾ (%) | A.H2 ⁽²⁾ (%) |
|---|------------------|----------------------------|------------------|----------------------------|----------------------------|
| Receita Operacional Bruta | 1.897.722 | 100,00% | 1.732.912 | 100,00% | -8,68% |
| Receita de Incorporação e Revenda de imóveis | 1.831.727 | 96,52% | 1.682.235 | 97,08% | -8,16% |
| Receitas de Construção e Prestação de Serviços | 65.995 | 3,48% | 50.677 | 2,92% | -23,21% |
| Deduções da Receita Bruta | -51.781 | -2,73% | -61.893 | -3,57% | 19,53% |
| Receita líquida operacional | 1.845.941 | 100,00% | 1.671.020 | 100,00% | -9,48% |
| Custo das vendas realizadas | -1.354.091 | -73,36% | -1.188.582 | -71,13% | -12,22% |
| Lucro bruto | 491.850 | 26,64% | 482.438 | 28,87% | -1,91% |
| Receitas (despesas) operacionais | -257.762 | -13,96% | -214.708 | -12,85% | -16,70% |
| Despesas Comerciais | -149.621 | -8,11% | -118.807 | -7,11% | -20,59% |
| Despesas Gerais e Administrativas | -96.347 | -5,22% | -103.804 | -6,21% | 7,74% |
| Remuneração de Administradores | -8.010 | -0,43% | -16.267 | -0,97% | 103,08% |
| Outras receitas e despesas operacionais, líquidas | -3.784 | -0,20% | 24.170 | 1,45% | -738,74% |
| Lucro Operacional Antes das | 234.088 | 12,68% | 267.730 | 16,02% | 14,37% |

| Participações Societárias e do Resultado Financeiro | | | | | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|-----------------|
| Resultado das Participações Societárias | 4.104 | 0,22% | 4.331 | 0,26% | 5,53% |
| Equivalência Patrimonial | 4.104 | 0,22% | 4.331 | 0,26% | 5,53% |
| Resultado Financeiro | -8.367 | -0,45% | 13.909 | 0,83% | -266,24% |
| Despesas financeiras | -80.938 | -4,38% | -52.297 | -3,13% | -35,39% |
| Receitas financeiras | 72.571 | 3,93% | 66.206 | 3,96% | -8,77% |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL | 229.825 | 12,45% | 285.970 | 17,11% | 24,43% |
| IRPJ e CSLL | -37.762 | -2,05% | -32.839 | -1,97% | -13,04% |
| Corrente | -37.076 | -2,01% | -36.264 | -2,17% | -2,19% |
| Diferido | -686 | -0,04% | 3.425 | 0,20% | -599,27% |
| Lucro líquido das Operações Continuadas | 192.063 | 10,40% | 253.131 | 15,15% | 31,80% |
| Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas | -49.323 | -2,67% | -199.782 | -11,96% | 305,05% |
| Lucro Líquido antes da Participação de Minoritários | 142.740 | 7,73% | 53.349 | 3,19% | -62,63% |
| Participação de Minoritários | -23.549 | -1,28% | -38.665 | -2,31% | 64,19% |
| Lucro Líquido do Exercício | 119.191 | 6,46% | 14.684 | 0,88% | -87,68% |

(1) Análise Vertical.

(2) Análise Horizontal.

(3) A rubrica "Receitas e Despesas Operacionais" diverge da publicada na DFP, uma vez que a rubrica "Resultado Financeiro" aparece isoladamente.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta atingiu R\$1.732.912 mil em 2020 redução de 8,68% em comparação com a receita operacional bruta de R\$1.897.722 mil apurada em 2019, em virtude dos fatores indicados abaixo.

Receita de Incorporação e Revendas de Imóveis

Em 2020 houve redução expressiva do VGV de lançamentos (30%) e vendas (13%) em relação a 2019, reduzindo o reconhecimento da receita em 8,16%, ocasionado pela pandemia da Covid-19.

Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços decorre de taxas de administração cobradas sobre os serviços de gerenciamento e construção de empreendimentos para terceiros, sejam esses sócios em empreendimentos ou contratantes de serviços específicos. A receita de prestação de serviços atingiu R\$50.677 mil em 2020, redução de 23,21% em comparação com a receita de prestação de serviços de R\$65.995 mil apurada em 2019. Essa variação explica-se, principalmente, pela redução do faturamento de prestação de serviços de construção e gerenciamento com obras para terceiros, além de serviços de gestão imobiliária em empreendimentos de terceiros.

Deduções de Receita Bruta

As deduções da receita seguem o aumento proporcional da receita por se tratarem, principalmente, de impostos incidentes.

Receita Operacional Líquida

Após a incidência de tais impostos, a receita operacional líquida atingiu R\$1.671.020 em 2020, apresentando redução de 9,48% em comparação com a receita operacional líquida de 2019.

Custos das Vendas Realizadas

Os custos das vendas realizadas atingiram R\$1.188.582 mil em 2020, uma redução de 12,22% em comparação com os custos das vendas realizadas em 2019 de R\$1.354.091 mil.

A redução do custo deve-se acompanhar *pari passu* a redução do reconhecimento de receita, além do reconhecimento de economias no custo de obras entregues no período.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$482.438 mil em 2020, uma redução de 1,91% em comparação ao lucro bruto de R\$491.850 mil apurado em 2019. A margem bruta em 2020 atingiu 32,0%, expurgados os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo (correspondentes a encargos sobre dívida corporativa e financiamento à produção), com aumento de 0,2 p.p. em relação à margem bruta de 2019 de 31,8% (também expurgados efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo).

O crescimento da margem é reflexo da melhora macroeconômica do setor capturada na apreciação dos estoques e bom desempenho dos lançamentos realizados em 2020.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais foram R\$214.708 mil em 2020, uma redução de 16,7% em comparação com as despesas operacionais de R\$257.762 mil apuradas em 2019. Esta variação é reflexo, principalmente, dos fatores indicados abaixo:

Despesas Comerciais

As despesas comerciais atingiram R\$118.807 mil em 2020, uma redução de 20,59% em relação a 2019. Esta variação deve-se principalmente à redução do volume de lançamentos, ao ganho de eficiência nas ações de marketing com foco digital e ao fechamento temporários dos stands de venda nas praças de SP e RS devido à pandemia.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$103.804 mil em 2020, contra R\$96.347 mil em 2019, um aumento de 7,74%, em linha com a inflação, além da remuneração variável pelo atingimento das metas de curto prazo.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração atingiu o valor de R\$16.267 mil em 2020, um aumento de 103,08% em comparação com a remuneração de R\$8.010 apurada em 2019. Aumento devido a remuneração variável e atingimento de metas de curto prazo, além do incentivo de remuneração variável de longo prazo.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de -R\$24.170 mil em 2020, uma melhora de 738,74% em comparação a R\$3.784 mil em 2019. Essa variação deve-se a uma redução de contingências (de clientes, trabalhistas e de empreiteiros).

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$267.730 mil em 2020, apresentando uma melhora de 14,37% em comparação ao lucro operacional de 2019.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi positivo em R\$13.909 mil em 2020, apresentando aumento de 266,24% em comparação ao resultado financeiro negativo de R\$8.367 mil apurado em 2019. O resultado financeiro de 2020 deve-se, principalmente, aos fatores indicados abaixo:

Despesas Financeiras

As despesas financeiras foram de R\$52.297 mil em 2020, redução de 35,39% em relação às despesas financeiras apuradas em 2019. Esta variação deve-se em parte pela redução das taxas de juros e volume de dívidas da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras foram de R\$66.206 mil em 2020, uma redução de 8,77% em comparação com as receitas financeiras apuradas em 2019. Essa variação deve-se em parte à redução das taxas de juros que remuneram aplicações financeiras.

Lucro Líquido antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL foi de R\$285.970 mil em 2020, apresentando uma melhora de 24,43% em comparação com o lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL de R\$229.825 mil em 2019.

IRPJ e CSLL

O valor total de IRPJ e CSLL foi de R\$32.839 em 2020, uma redução de 13,04% em comparação com o valor total de IRPJ e CSLL apurado em 2019.

Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas

O valor total de prejuízo líquido do exercício de operações descontinuadas foi de R\$199.782 mil em 2020, referente ao resultado da Unidade de Negócio do Rio de Janeiro que foi descontinuada pela Companhia por impactar prejuízos de forma recorrente no resultado consolidado.

Parte relevante desse prejuízo deve-se: (a) alienação de SPEs para Fundo de Investimento Imobiliário ERCR11 em valor abaixo do patrimonial; e (b) *impairment* do valor de dois terrenos no RJ que foram destinados a venda.

Participação de Minoritários

A participação de minoritários foi de R\$38.665 mil em 2020, um aumento de 64,19% em comparação com a participação de minoritários apurada em 2019. O aumento foi devido pelo reconhecimento do melhor resultado de empreendimentos com parceiros.

Lucro Líquido

Em virtude dos fatores indicados acima, o lucro líquido foi de R\$14.684 em 2020, apresentando uma piora de 87,68% em comparação com o lucro líquido de R\$119.191 mil reportado em 2019.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL**COMPARAÇÃO / INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL****2020 x 2021**

| <i>(em R\$ mil, exceto porcentagem)</i> | 2020 | A.V.⁽¹⁾ (%) | 2021 | A.V.⁽¹⁾ (%) | A.H.⁽²⁾ (%) |
|---|------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Total do Ativo | 5.176.777 | 100,00% | 5.929.910 | 100,00% | 14,55% |
| Circulante | 3.798.373 | 73,37% | 4.343.892 | 73,25% | 14,36% |
| Disponibilidades | 1.288.904 | 24,90% | 941.578 | 15,88% | -26,95% |
| Contas a receber | 664.616 | 12,84% | 1.105.214 | 18,64% | 66,29% |
| Imóveis a Comercializar | 1.724.136 | 31,31% | 2.154.127 | 36,33% | 24,94% |
| Outros Ativos Circulantes | 120.717 | 2,33% | 142.973 | 2,41% | 18,44% |
| Realizável a Longo Prazo | 1.378.404 | 26,63% | 1.586.018 | 26,75% | 15,06% |
| Disponibilidades | - | - | - | - | - |
| Terrenos disponíveis para venda | 181.034 | 3,50% | 181.034 | 3,05% | - |
| Contas a Receber | 636.414 | 12,29% | 476.475 | 8,04% | -25,13% |
| Imóveis a Comercializar | 381.357 | 7,37% | 742.471 | 12,52% | 94,69% |
| Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo | 140.662 | 2,72% | 134.724 | 2,27% | -4,22% |
| Investimentos | 26.750 | 0,52% | 29.731 | 0,50% | 11,14% |
| Permanente | 12.187 | 0,24% | 21.583 | 0,36% | 77,10% |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|---------------|
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 5.176.777 | 100,00% | 5.929.910 | 100,00% | 14,55% |
| Total do Passivo | 2.695.360 | 52,07% | 3.337.572 | 56,28% | 23,83% |
| Circulante | 1.650.343 | 31,88% | 2.315.443 | 39,05% | 40,30% |
| Fornecedores | 40.947 | 0,79% | 60.333 | 1,02% | 47,34% |
| Adiantamentos de Clientes | 810.190 | 15,65% | 1.086.245 | 18,32% | 34,07% |
| Contas a pagar por aquisição de Imóveis e Sociedades Controladas | 363.045 | 7,01% | 730.792 | 12,32% | 101,30% |
| Empréstimos e Financiamentos | 142.878 | 2,76% | 106.019 | 1,79% | -25,80% |
| Impostos e Contribuições | - | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | 4.224 | 0,08% | - | - | -100,00% |
| Outros Passivos Circulantes | 289.059 | 5,58% | 332.054 | 5,60% | 14,87% |
| Exigível a Longo Prazo | 1.045.017 | 20,19% | 1.022.129 | 17,24% | -2,19% |
| Empréstimos e Financiamentos | 310.362 | 6,00% | 207.514 | 3,50% | -33,14% |
| Contas a pagar por aquisição de Imóveis e Sociedades Controladas | 575.679 | 11,12% | 659.749 | 11,13% | 14,60% |
| Impostos Diferidos | 22.574 | 0,44% | 21.865 | 0,37% | -3,14% |
| Debêntures | - | - | - | - | - |
| Outros Exigíveis a Longo Prazo | 136.402 | 2,63% | 133.001 | 2,24% | -2,49% |
| Patrimônio Líquido | 2.481.417 | 47,93% | 2.592.338 | 43,72% | 4,47% |
| Capital Social | 1.657.409 | 32,02% | 1.657.409 | 27,95% | - |
| Custos de transação | - | - | - | - | - |
| Plano de opção de ações | - | - | 38.798 | 0,65% | N/A |
| Ações restritas e em | -31.522 | -0,61% | -55.889 | -0,94% | 77,30% |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|-----------|
| tesouraria | | | | | |
| Reserva de Lucros | 6.693 | 0,13% | 180.488 | 3,04% | 2.596,67% |
| Lucros a disposição da Assembleia | 113.378 | 2,19% | - | - | -100,00% |
| Participação de acionistas não controladores | 735.459 | 14,21% | 771.532 | 13,01% | 4,90% |

⁽¹⁾ Análise Vertical.⁽²⁾ Análise Horizontal.**Ativo Circulante e Não Circulante****Disponibilidades**

As disponibilidades totalizavam R\$941.578 mil, incluindo caixa restrito de R\$2.444 mil, em 31 de dezembro de 2021, apresentando redução de 26,95% em comparação com R\$1.288.904 mil em 31 de dezembro de 2020, incluindo caixa restrito de R\$8.700 mil.

A Companhia gerou caixa operacional de R\$35,7 milhões em 2021, porém, realizou operações de recompra de ações na ordem de R\$71,4 milhões, pagou dividendos aprovados de R\$116,9 milhões e antecipou dividendos de R\$55,0 milhões durante o mesmo período.

Contas a Receber

O saldo do contas a receber é atualizado pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção nas parcelas até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação dos índices de preços. As parcelas pós-chaves sofrem ainda a incidência de juros de até 12% ao ano, apropriados de forma “*pro rata temporis*”, calculados pelo sistema *price* de amortização. O saldo do contas a receber é a diferença entre o montante reconhecido da receita das unidades comercializadas até então e os pagamentos efetivamente realizados pelos promitentes compradores.

Imóveis a Comercializar

Os imóveis a comercializar totalizavam R\$2.896.598 mil em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 37,57% em comparação com os R\$2.105.493 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa oscilação deve-se em parte aos 18 lançamentos ocorridos em 2021.

Terrenos disponíveis para venda

Terrenos destinados à venda ou para futuras incorporações estão localizados no estado do Rio de Janeiro, região na qual a Companhia está encerrando as operações. Os custos atribuídos aos terrenos estão ajustados por provisões de perdas.

Passivo Circulante e Não Circulante

Adiantamento de Clientes

O aumento expressivo da conta de Adiantamento de Clientes deve-se principalmente a reclassificação de valores de adiantamento de permuta do contas à receber (reductor) para a conta de adiantamento no passivo.

Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis e Sociedades Controladas

As contas a pagar por aquisição de imóveis e sociedades controladas totalizavam R\$1.390.541 mil em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 48,13% em comparação com a posição de R\$938.724 mil apurada em 31 de dezembro de 2020.

As contas a pagar por aquisição de imóveis e sociedades controladas incluem os valores de aquisição de participações em sociedades para continuidade do desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. Em 2021, a Companhia realizou uma operação relevante para aquisição das cotas da Sociedade de Propósito Específico Diogo Moreira do Grupo Malzoni, detentora de um terreno localizado na Rua Diogo Moreira no bairro de Pinheiros do município de São Paulo com VGV potencial de aproximadamente R\$2 bilhões.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$313.533 mil *versus* R\$453.240 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de 30,82% no volume de dívida da Companhia.

Desde 2020, a Companhia vem seguindo o seu plano de desalavancagem.

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social manteve-se em R\$1.657.409 mil.

Reservas de lucros

A Companhia possui Reservas de Lucros Acumulados apurados em R\$180.488 mil no exercício de 2021, já contemplando a proposta atual da administração de destinação de R\$162.233 mil para a conta de reserva de lucros a realizar.

COMPARAÇÃO / INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL**2019 x 2020**

| <i>(em R\$ mil, exceto porcentagem)</i> | 2019 | A.V. ⁽¹⁾ (%) | 2020 | A.V. ⁽¹⁾ (%) | A.H. ⁽²⁾ (%) |
|--|------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Total do Ativo | 4.983.545 | 100,00% | 5.176.777 | 100,00% | 3,80% |
| Circulante | 3.550.720 | 71,25% | 3.798.373 | 73,37% | 6,97% |
| Disponibilidades | 931.392 | 18,69% | 1.288.904 | 24,90% | 37,07% |
| Contas a receber | 641.994 | 12,88% | 664.616 | 12,84% | 3,52% |
| Imóveis a Comercializar | 1.885.639 | 37,84% | 1.724.136 | 31,31% | -8,56% |
| Outros Ativos Circulantes | 91.695 | 1,84% | 120.717 | 2,33% | 31,65% |
| Realizável a Longo Prazo | 1.432.825 | 28,75% | 1.378.404 | 26,63% | -3,80% |
| Disponibilidades | 8.926 | 0,18% | - | - | -100,00% |
| Terrenos disponíveis para venda | - | - | 181.034 | 3,50% | N/A |
| Contas a Receber | 601.822 | 12,08% | 636.414 | 12,29% | 5,75% |
| Imóveis a Comercializar | 658.657 | 13,22% | 381.357 | 7,37% | -42,10% |
| Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo | 124.551 | 2,50% | 140.662 | 2,65% | 12,94% |
| Investimentos | 22.145 | 0,44% | 26.750 | 0,52% | 20,79% |
| Permanente | 16.724 | 0,34% | 12.187 | 0,23% | -27,13% |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 4.983.545 | 100,00% | 5.176.777 | 100,00% | 3,80% |
| Total do Passivo | 3.106.103 | 62,33% | 2.695.360 | 52,07% | -13,22% |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|
| Circulante | 1.341.434 | 26,92% | 1.650.343 | 31,88% | 23,03% |
| Fornecedores | 86.657 | 1,74% | 40.947 | 0,79% | -52,75% |
| Adiantamentos de Clientes | 295.120 | 5,92% | 810.190 | 15,65% | 174,53% |
| Contas a pagar por aquisição de Imóveis | 137.897 | 2,77% | 363.045 | 7,01% | 163,27% |
| Empréstimos e Financiamentos | 471.940 | 9,47% | 142.878 | 2,76% | -69,73% |
| Impostos e Contribuições | - | - | - | - | - |
| Debêntures | - | 0,00% | - | - | - |
| Dividendos propostos | 30.000 | 0,60% | 4.224 | 0,08% | -85,92% |
| Outros Passivos Circulantes | 319.820 | 6,42% | 289.385 | 5,58% | -9,52% |
| Exigível a Longo Prazo | 1.764.669 | 35,41% | 1.045.017 | 20,19% | -40,80% |
| Empréstimos e Financiamentos | 933.815 | 18,74% | 310.362 | 6,00% | -66,76% |
| Contas a pagar por aquisição de Imóveis | 621.579 | 12,47% | 575.679 | 11,12% | -7,38% |
| Impostos Diferidos | 30.815 | 0,62% | 22.574 | 0,44% | -26,74% |
| Debêntures | - | - | - | - | - |
| Outros Exigíveis a Longo Prazo | 178.460 | 3,58% | 136.402 | 2,63% | -23,57% |
| Patrimônio Líquido | 1.877.442 | 37,67% | 2.481.417 | 47,93% | 32,17% |
| Capital Social | 1.641.467 | 32,94% | 1.657.409 | 32,02% | 0,97% |
| Custos de transação | -15.775 | -0,32% | - | - | -100,00% |
| Plano de opção de ações | 31.717 | 0,64% | - | - | -100,00% |
| Ações restritas e em tesouraria | -36.055 | -0,72% | -31.522 | -0,61% | -12,57% |
| Reserva de Lucros | 47.261 | 0,95% | 6.693 | 0,13% | -85,84% |
| Lucros a disposição da Assembleia | - | - | 113.378 | 2,19% | N/A |
| Participação de acionistas não controladores | 208.827 | 4,19% | 735.459 | 14,21% | 252,19% |

(1) Análise Vertical.

(2) Análise Horizontal.

Ativo Circulante e Não Circulante

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R\$1.288.904 mil, incluindo caixa restrito de R\$8.700 mil, em 2020, apresentando aumento de 37,07% em comparação com R\$940.318 mil em 2019, incluindo caixa restrito de R\$242.782 mil.

O aumento da posição de caixa em 2020 deve-se principalmente pela forte geração de caixa operacional e oferta primária no IPO de Melnick (MELK3) realizado no período.

Contas a Receber

O saldo do contas a receber é atualizado pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção nas parcelas até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação dos índices de preços. As parcelas pós-chaves sofrem ainda a incidência de juros de até 12% ao ano, apropriados de forma “*pro rata temporis*”, calculados pelo sistema *price* de amortização. O saldo do contas a receber é a diferença entre o montante reconhecido da receita das unidades comercializadas até então e os pagamentos efetivamente realizados pelos promitentes compradores.

Imóveis a Comercializar

Os imóveis a comercializar totalizaram R\$2.105.493 mil em 2020, uma redução de 17,25% em comparação com os R\$2.544.296 mil em 2019. Essa redução deve-se em parte ao forte volume de vendas de estoques, em especial, aqueles concluídos.

Terrenos disponíveis para venda

Terrenos destinados a venda ou para futuras incorporações estão localizados no estado do Rio de Janeiro, região na qual a Companhia está encerrando as operações. Os custos atribuídos aos terrenos estão ajustados por provisões de perdas.

Passivo Circulante e Não Circulante

Adiantamento de Clientes

O aumento expressivo da conta de Adiantamento de Clientes deve-se principalmente a reclassificação de valores de adiantamento de permuta do contas a receber (reductor) para a conta de adiantamento no passivo.

Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis

As contas a pagar por aquisição de imóveis totalizaram R\$938.724 mil, um aumento de 23,60% em comparação a R\$759.476 mil apurados em 2019.

O aumento do saldo deve-se à intensificação da estratégia de aquisições de terrenos na modalidade de permutas.

Empréstimos e Financiamentos

Em 2020, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$453.240 mil *versus* R\$1.405.775 mil em 2019, apresentando uma diminuição de 67,76%.

Parcela significativa da geração de caixa já citada foi destinada a amortização de dívidas corporativas e SFH em 2020, reduzindo drasticamente a dívida bruta da Companhia.

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social totalizou R\$1.657.409 mil, 0,97% superior aos R\$1.641.467 mil apresentado em 2019. Essa alteração deveu-se à (i) absorção de custos de transação e (ii) absorção de plano de Opções de Ações provisionados e não exercidos.

Reservas de Lucros

A Companhia possui Reservas de Lucros Acumulados apurados em R\$6.693 mil no exercício de 2020, contra Reserva de Lucros Acumulados de R\$47.261 mil, uma redução de 85,84%.

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) Resultado das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta decorre, principalmente, da incorporação e venda de imóveis e, em menor proporção, da prestação de serviços de construção próprios e para terceiros, de acordo com os seguintes valores e proporções nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021:

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Receita Operacional Bruta | 1.897.722 | 100% | 1.732.912 | 100% | 2.236.302 | 100% |
| Receita de Incorporação e Revenda de imóveis | 1.831.727 | 97% | 1.682.235 | 97% | 2.272.461 | 98% |
| Receitas de Construção e Prestação de Serviços | 65.995 | 3% | 50.677 | 3% | 53.541 | 2% |

Receita de Incorporação e Revenda de Imóveis

A receita de incorporação e revenda de imóveis inclui os valores provenientes da venda de unidades dos empreendimentos. Esta receita inclui a correção monetária dos contratos de compra e venda até a data de finalização da construção e entrega da unidade, porém exclui a parcela de juros referentes às vendas a prazo que incorrem a partir da data de entrega da unidade (os juros são apropriados ao resultado financeiro, observado o regime de competência).

A receita de incorporação e revenda de imóveis é apropriada “*pari passu*” à evolução financeira dos custos de cada empreendimento, incluindo custos de terreno, construção e financeiros (relativos aos juros e encargos dos financiamentos para construção assim como demais operações de financiamento indiretamente relacionadas aos empreendimentos) de cada empreendimento. As receitas de incorporação advêm tanto de unidades já comercializadas em exercícios anteriores (neste caso são apropriados apenas o percentual de custo incorrido no exercício sobre o valor de cada contrato de venda, acrescido da correção monetária do período) como de novas vendas (apropriação do percentual de custo incorrido acumulado sobre o valor do contrato de venda).

Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços decorre de taxas de administração cobradas sobre os serviços de gerenciamento e construção de empreendimentos e sobre os serviços de acabamentos personalizados nas unidades vendidas. No caso das taxas de administração cobradas dos empreendimentos consolidados integralmente nos quais existem outros investidores, a receita de prestação de serviços é eliminada de acordo com o percentual de participação da Companhia.

Reconhecimento da Receita Operacional Bruta

A Companhia adota a política de reconhecer a receita operacional relativa a um empreendimento somente após o período de carência legal da incorporação de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do registro do mesmo. Pode, contudo, passar a reconhecer a receita operacional antes deste período, caso: (i) o empreendimento atinja um percentual mínimo de vendas previsto no registro de incorporação; ou (ii) ocorra o registro de pedido de suspensão da carência do registro de incorporação, fato este assumido quando a Companhia julga adequado. Sendo assim, nenhum empreendimento em período de carência terá reconhecida sua receita operacional, mesmo que tenha contratado vendas ou que tenha incorrido em gastos relativos aos custos de incorporação.

Após esse prazo de carência (ou nos casos anteriormente citados em que este prazo seja antecipado), apropria-se a receita operacional somente à medida da evolução financeira de cada empreendimento. Desta forma, a receita operacional reflete apenas a parcela das vendas contratadas relativa ao percentual do custo incorrido das unidades comercializadas. A parcela restante, quando o percentual do custo incorrido for inferior a 100% (cem por cento), constituirá um saldo de receita bruta de vendas a apropriar. Esse saldo de receita bruta de vendas a apropriar será reconhecido como receita na medida do avanço da construção.

As parcelas a receber das vendas realizadas relativas ao período de construção são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC até a data de entrega das chaves; para esse período, foi efetuado o cálculo de ajuste a valor presente. O valor presente das contas a receber de clientes relacionados com a comercialização de unidades não concluídas é calculado com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Deduções da Receita Bruta

Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Até 2010 a Companhia e suas sociedades de propósito específico apuravam o PIS e a COFINS sob o regime cumulativo. Tais tributos incidiam, respectivamente, às alíquotas de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e 3,0% (três por cento) sobre o total das receitas auferidas. Nesse regime, não havia a possibilidade de dedução de qualquer crédito relativo ao PIS e à COFINS eventualmente incidentes em operações anteriores.

A partir de 2010 a Companhia adotou o Regime Especial de Tributação para a maioria dos seus empreendimentos. Este regime possui alíquota de PIS e COFINS, respectivamente, de 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) e 1,71% (um vírgula sessenta e um por cento) sobre o total da receita bruta auferida.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”)

A Companhia, diretamente ou através de suas sociedades de propósito específico, prestam serviços de execução de obras de construção civil, hidráulica e elétrica, serviços de administração e fiscalização de obras e serviços de engenharia. Sobre a receita bruta dessas atividades incide o ISS, cuja competência para lançamento e cobrança será: (i) do município em que esteja sendo realizada a obra, nas hipóteses dos serviços de execução de obra e de administração e fiscalização de obra; e (ii) do município em que esteja localizado o estabelecimento da Companhia, na hipótese dos serviços de engenharia. A alíquota do ISS estabelecida para os serviços prestados pela Even (i) no município de São Paulo é de 5% (cinco por cento); (ii) no Município do Rio de Janeiro é de 3% (três por cento); e (iii) no Município de Porto Alegre é de 4% (quatro por cento).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras decorrem da cobrança dos juros sobre a carteira de recebíveis e da aplicação das disponibilidades financeiras da Companhia. Os juros incidentes sobre a carteira de recebíveis referem-se exclusivamente às parcelas pós chaves dos financiamentos concedidos aos clientes nas vendas a prazo realizadas pela Companhia e suas sociedades de propósito específico. Essas receitas são aferidas observando-se o regime de competência, ocorrendo exclusivamente após a conclusão das unidades objeto de financiamento.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base em uma mensuração físico-financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Os principais impactos nas variações de receitas são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, introdução de novos produtos da Companhia (lançamentos) e variação de custos.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os contratos de vendas. Nos contratos de venda, os créditos perante clientes são, em sua maior parte, reajustados da seguinte forma: (i) até a entrega das chaves (durante a fase de construção), pelo INCC, e (ii) após a concessão do “Habite-se” (pós-construção), à taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano, acrescido de IPCA. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas) bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos. Além do INCC, outras taxas que afetam o resultado operacional são o IPCA e o CDI.

No ano de 2021, a inflação do custo de construção medido pela variação do INCC foi significativa, atingindo 14% em 12 (doze) meses. Não obstante, a margem bruta apresentada pela Companhia em 2021, expurgados os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo apresentou uma queda de 3p.p. em relação à margem bruta apresentada em 2020, de 32,0% para 29,0%.

10.3. Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Empreendimento Pinheiros: Como informado ao mercado em 05 de abril de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da Sociedade de Propósito Específico Diogo Moreira, CNPJ/ME 12.360.052/0001-

58, uma empresa do “Grupo Malzoni” para a continuidade do desenvolvimento de empreendimento imobiliário localizado na Rua Diogo Moreira, entre as Avenidas Faria Lima e Eusébio Matoso, em Pinheiros, no município de São Paulo, com Valor Geral de Vendas (“VGV”) estimado em R\$2 bilhões.

c) Eventos ou operações não usuais

Venda Fasano Para Fundos: conforme aprovação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de janeiro de 2021, a subsidiária da Companhia, Taperebá Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Taperebá”), com garantia da Companhia e da Evenpar Participações Societárias Ltda (“Evenpar”), subsidiária da Companhia, assinou, em 12 de janeiro de 2021, as Escrituras Públicas de Compra e Venda, com o Pompeia Fundo de Investimento Imobiliário, inscrito no CNPJ/ME sob nº 39.449.207/0001-83 (“Fundo Pompeia”) e com o Ibiza Fundo de Investimento Imobiliário, inscrito no CNPJ/ME sob nº 39.375.158/0001-81 (“Fundo Ibiza”), nos termos do qual a Taperebá alienou alguns imóveis do Empreendimento Imobiliário denominado Condomínio Pedroso Alvarenga, localizado na Capital do Estado de São Paulo, sendo que o Fundo Pompeia adquiriu o Subcondomínio 02 – Hotel e o Subcondomínio 04 – Restaurante (“Hotel e Restaurante”) e o Fundo Ibiza adquiriu 32 (trinta e duas) unidades autônomas dos Studios, integrantes do Subcondomínio 03 – Studios (“Studios”) (“Operação”).

O Fundo Pompeia adquiriu o Hotel e Restaurante pelo valor de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), incluindo a implementação do Furniture, Fixtures and Equipment - FF&E e Operating Supplies and Equipment - OS&E, e o Fundo Ibiza adquiriu os Studios pelo valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), tendo sido esses valores integralmente pagos no dia 12 de janeiro de 2021.

Empreendimento Real Parque: Como informado ao mercado em 04 de maio de 2021, a Companhia celebrou com a JHSF Participações S.A. (“JHSF”) um “Termo de Compromisso” para desenvolvimento, em conjunto, de projeto multiuso de alto padrão em terrenos adjacentes que cada empresa detém isoladamente na cidade de São Paulo, no bairro do Real Parque, cujo total da área dos terrenos é de cerca de 45.300 metros quadrados. No referido local, a Companhia possui aproximadamente 14.000 metros quadrados de terreno e Valor Geral de Vendas de R\$737.000.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões de reais). A Companhia e a JHSF trabalham para integrar os projetos de forma a maximizar os resultados do Termo de Compromisso para ambas.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia. Adicionalmente, não existem outras normas aprovadas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e de IFRS que entraram em vigor em 2021 e que impactam significativamente a Companhia e suas controladas e coligadas.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e com adoção obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2022 e de 1 de janeiro de 2023:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativas contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias

para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.

Alteração ao IAS 16: Ativo Imobilizado

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1 de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1 de janeiro de 2022.

Alteração ao IFRS 3: Combinação de Negócios

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9: Instrumentos Financeiros - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16: Arrendamentos - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- (iii) IFRS 1: Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41: Ativos Biológicos - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 12: Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) contém parágrafo de ênfase em virtude de interpretação da Comissão de Valores Mobiliárias ("CVM") acerca do critério a ser utilizado para o reconhecimento da receita dos contratos de venda de incorporação imobiliária, a qual é aplicável a todo o setor, nos seguintes termos: "Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue

o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto." Como mencionado no parágrafo de ênfase do relatório dos auditores independentes, referida forma de contabilização segue as orientações da CVM, inexistindo qualquer ressalva em relação a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas com os temas a seguir:

1) Reconhecimento de receita e *"impairment"* de contas a receber

O Grupo da Even usa o método de POC para apropriar a receita de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso desse método requer que se estime os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definido assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida.

"Impairment" de contas a receber - Provisão para distratos

As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições

financeiras ou, em raros casos, efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vem sendo objeto de cancelamento (“distratos”), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que:

(i) por ocasião do reconhecimento da receita, para aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de “*impairment*”, afetando as rubricas de Receita e Custo dos Produtos Comercializados;

e

(ii) após o reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de *impairment*, são esperados para os próximos 12 (doze) meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica de Despesas Operacionais.

Ambas as provisões são constituídas como redutora das contas a receber de clientes tendo contrapartida as rubricas:(i) imóveis a comercializar; e (ii) a rubricas anteriormente mencionadas, na demonstração do resultado. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica “provisões”, no balanço patrimonial.

2) Provisões

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. O Grupo Even reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, as sociedades controladas e coligadas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições:

- (i) social sobre o lucro;
- (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis.

No caso das empresas do Grupo tributadas com base no Lucro Real, é necessário julgamento significativo para refletir contabilmente os valores de créditos fiscais do imposto de renda e da contribuição social calculados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A administração da Companhia efetua os julgamentos de acordo com a estratégia adotada para tributação dos negócios e, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

3) Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado

4) Julgamentos críticos na interpretação de legislação tributária

As sociedades controladas da Even estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual considera o método de percentual de conclusão da Obra (PoC) para seu reconhecimento, bem como são determinadas com base em legislação específica, uma vez que não adotam o Lucro Real. A administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

I - Ativos:

A Companhia possui o registro de diversas marcas próprias, como detalhado no item 9.1 do Formulário de Referência, as quais não estão evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

II - Compromissos:

1. Compromissos de incorporação imobiliária

De acordo com a Lei de Incorporação Imobiliária, a Companhia tem o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual a Companhia poderia desistir da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes. Conforme mencionado com maiores detalhes em Nota específica das demonstrações financeiras, o custo total a incorrer das unidades vendidas e em estoque em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$2.261.050 mil (R\$1.843.276 mil em 31 de dezembro de 2020).

2. Compromissos com a aquisição de terrenos

Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de pendências a serem solucionadas pelos vendedores para que a escritura definitiva e a correspondente transferência da propriedade para a Companhia, suas

controladas ou seus parceiros sejam efetivadas.

Referidos compromissos totalizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$1.337.413 mil (R\$2.186.302 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$788.327 mil (R\$1.061.959 mil em 31 de dezembro de 2020) se referem a permutas por unidades imobiliárias a serem construídas e R\$549.086 mil (R\$1.124.343 mil em 31 de dezembro de 2020) se referem à participação no recebimento da comercialização dos respectivos empreendimentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

I - Ativos:

A Companhia não visualiza possibilidade de alteração no seu resultado operacional proveniente de itens não evidenciados como ativos nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6 acima. Eventual impacto poderia ocorrer em transações muito específicas, incluindo a título de exemplo, mas, não se limitando a, a alienação de marcas próprias. Contudo, a Companhia considera esta possibilidade remota.

II - Compromissos:

Conforme detalhado em Nota específica das demonstrações financeiras dos exercícios findos nos respectivos anos abaixo, as principais informações relacionadas aos empreendimentos imobiliários em construção, decorrentes das unidades vendidas, podem ser assim demonstradas:

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| Em milhares de R\$ | Consolidado | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 |
| Receita de vendas a apropriar | 1.419.271 | 1.480.251 | 1.660.702 |
| Permuta por terrenos a apropriar | 220.183 | 229.495 | 321.872 |
| Receita bruta de vendas a apropriar | 1.639.454 | 1.709.746 | 1.982.574] |
| Impostos | (29.085) | (30.789) | (34.542) |
| Receita de vendas a apropriar | 1.610.369 | 1.678.957 | 1.948.032 |
| Custo orçado a incorrer das unidades vendidas | (1.039.478) | (1.134.848) | (1.347.553) |
| Projetos descontinuados RJ | - | 4.931 | - |
| Resultado a apropriar | 570.891 | 549.040 | 660.479 |

Com relação aos custos a incorrer: (i) das unidades em estoque; e (ii) dos compromissos de aquisição de terrenos, não temos expectativa de que estes sejam realizados por valor inferior ao custo total a ser incorrido, não sendo esperado o reconhecimento de perdas futuras nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Os compromissos assumidos decorrem do curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos assumidos decorrem do curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Os montantes estão evidenciados no tópico 10.6.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:**a) Investimentos, incluindo:**

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existe previsão de investimentos significativos, com exceção aos investimentos em terrenos previstos no orçamento de capital, que consta como **ANEXO I** ao **Anexo B** da Proposta da Administração para AGO, e àqueles correspondentes ao curso normal dos negócios no setor de incorporação imobiliária.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em terrenos previstos no orçamento de capital, que consta como **ANEXO I** ao **Anexo B** da Proposta da Administração para AGO, serão financiados pelos lucros retidos propostos e os demais investimentos decorrentes do curso normal dos negócios no setor de incorporação imobiliária serão financiados conforme explicado no item 10.1.d.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não houve desinvestimentos relevantes além da descontinuidade da unidade de negócio do Rio de Janeiro anunciada em 2020.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há. Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO B**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E INFORMAÇÕES SOBRE DIVIDENDOS***(Anexo 9-1-II da ICVM 481/09)***1. Informar o lucro líquido do exercício:**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$231.211.575,23 (duzentos e trinta e um milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante dos dividendos antecipados já declarados e pagos em 2021, é de R\$54.999.384,05 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nova mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), sendo:

| Descrição | Aprovado na | Bruto por ação ordinária de emissão da Companhia ex-tesouraria (R\$) | Valor Total Bruto |
|------------|--|--|-------------------|
| Dividendos | Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de junho de 2021 | R\$0,19311758 | R\$39.999.613,65 |
| Dividendos | Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2021 | R\$0,07346972 | R\$14.999.770,40 |

Não foram declarados e pagos juros sobre capital próprio antecipado.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual do lucro líquido distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2021 é de 25,04%(vinte cinco vírgula zero quatro por cento), após as deduções legais.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Os dividendos distribuídos, referidos no item 2 acima, não foram realizados com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Não aplicável, uma vez que após dedução dos dividendos já declarados e pagos, não há proventos a serem declarados.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

Não aplicável, uma vez que após dedução dos dividendos já declarados e pagos, não há proventos a serem declarados.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Não aplicável, uma vez que após dedução dos dividendos já declarados e pagos, não há proventos a serem declarados.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;

Não aplicável, uma vez que após dedução dos dividendos já declarados e pagos, não há proventos a serem declarados.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e (b) informar a data dos respectivos

pagamentos:

| Descrição | Aprovado na | Bruto por ação ordinária de emissão da Companhia ex-tesouraria (R\$) | Valor Total Bruto | Data do Pagamento |
|------------|--|--|-------------------|-------------------------|
| Dividendos | Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de junho de 2021 | R\$0,19311758 | R\$39.999.613,65 | 30 de junho de 2021. |
| Dividendos | Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2021 | R\$0,07346972 | R\$14.999.770,40 | 29 de dezembro de 2021. |

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

| | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | R\$231.211.575,23 | R\$14.683.685,69 | R\$119.191.196,96 |
| Dividendo referente às ações ordinárias ex-tesouraria | R\$54.999.384,05 | R\$116.863.165,34 | R\$30.000.000,00 |
| Valor por ação (bruto) | R\$0,26658730 | R\$0,56420831 | R\$0,14430141 |

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

(a) Identificar o montante destinado a reserva legal:

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), a administração propõe a destinação de R\$ 11.560.578,76 (onze milhões, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e setenta e oito mil reais e setenta e seis) para a reserva legal, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal representa 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada exercício, calculada em conformidade com o artigo 193 da Lei das S.A., até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme descrito no item (a) acima, foi proposto à AGO a destinação à reserva legal de 5%(cinco por cento) do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, observada a limitação legal aplicável.

9. **Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:**

Não aplicável. A Companhia não possui ações preferenciais.

10. **Em relação ao dividendo obrigatório:**

(a) **Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto:**

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; (iv) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos II e III, da Lei das S.A., será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; e (v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva

de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O montante dos dividendos antecipados e já pagos em 2021 já contempla o pagamento do dividendo obrigatório em sua integralidade.

(c) Informar o montante eventualmente retido

A administração da Companhia não está propondo à AGO a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

(a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos:

A administração da Companhia não está propondo à AGO a retenção do dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

A administração da Companhia não está propondo à AGO a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A administração da Companhia não está propondo à AGO a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias: (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; e (c) descrever como o

montante foi calculado.

A administração da Companhia não está propondo à AGO a destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital

Nos termos do artigo 33, "iii", do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia está propondo à AGO a retenção do lucro líquido no montante total de R\$162.232.333,24 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), que após a **dedução** de R\$ 55.889.065,28 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) em razão de aquisições de ações da Companhia já realizadas, para manutenção em tesouraria, o **saldo** de R\$ 106.343.267,96 (cento e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) componha o orçamento de capital que consta da presente Proposta da Administração como seu ANEXO I.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: (a) informar o montante destinado a reserva; e (b) explicar a natureza da destinação

A administração da Companhia não está propondo à AGO a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL

Com fundamento no art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e em observância ao art. 33, inciso (iii), do Estatuto Social da Companhia, a Administração, vem, respeitosamente, submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, a seguinte proposta de orçamento de capital:

1. Inicialmente, a Administração esclarece que o lucro líquido da Companhia no exercício social 2021 foi de R\$ 231.211.575,23, dos quais R\$ 11.560.578,76 (5,00% do lucro líquido) foram destinados à reserva legal.
2. A Administração propõe que, do lucro líquido ajustado do exercício social 2021, no montante de R\$ 219.650.996,47, após a (i) destinação de R\$ 54.999.384,05 para dividendos (já pagos ao longo do exercício social de 2021, conforme deliberações do conselho de administração, *ad referendum* da assembleia geral, ocorridas em 15.12.2021 e 15.06.2021, na forma do artigo 204, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., e do art. 20, inciso (xvi), e artigo 35 do Estatuto Social da Companhia), a (ii) dedução de R\$ 2.419.279,18 em razão de ajuste de avaliação patrimonial (para mais informações, vide Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido integrante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social 2021) e a (iii) dedução de R\$ 55.889.065,28 em razão de aquisições de ações da Companhia já realizadas, para manutenção em tesouraria; o saldo, de R\$ 106.343.267,96 seja destinado à reserva de retenção de lucros, na forma do presente orçamento de capital.
3. O orçamento de capital, ora proposto, terá duração até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 a fim de reforçar a estratégia de desalavancagem da Companhia, bem como a implementação de seus projetos e negócios, considerando a seguinte destinação: (a) R\$ 79.592.791,00 para quitação de dívidas corporativas da Companhia; e (b) R\$ 26.750.476,96 para aquisição de novos terrenos.
4. A tabela abaixo ilustra a destinação do lucro líquido e a formação da reserva de retenção de lucros, bem como a alocação de seus recursos:

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

Resultado Exercício 2021

| | |
|--------------------------------------|---------------------------|
| Lucro Líquido | R\$ 231.211.575,23 |
| Reserva Legal | (R\$ 11.560.578,76) |
| Lucro Líquido Ajustado | R\$ 219.650.996,47 |
| Dividendo Obrigatório | (R\$ 54.912.749,12) |
| Dividendo Adicional | (R\$ 86.634,93) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (R\$ 2.419.279,18) |
| Ações em Tesouraria | (R\$ 55.889.065,28) |
| Reserva de Retenção de Lucros | R\$ 106.343.267,96 |

Orçamento de Capital (2022 - 2024)

| | |
|------------------------------------|---------------------------|
| Endividamento Corporativo | (R\$ 79.592.791,00) |
| Aquisição de Terrenos | (R\$ 26.750.476,96) |
| Total de Recursos a Aplicar | R\$ 106.343.267,96 |

5. Por fim, a Administração esclarece que a destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração, as quais serão divulgadas nos termos da legislação vigente.

ANEXO C

Proposta de Remuneração dos Administradores

(Item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, da Diretoria não estatutária e do Conselho de Administração visa a atração e retenção de talentos para compor a administração da Companhia. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado, sendo composta por uma remuneração fixa para remunerar os administradores pelos serviços prestados e, para alguns membros, há ainda uma remuneração variável.

A remuneração variável visa o alinhamento de interesses entre acionistas da Companhia e executivos. O modelo de remuneração variável é transparente e voltado ao alcance de resultados consistentes e geração de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas. Atualmente, a Companhia adota 2 (duas) formas de remuneração variável, sendo: (a) Remuneração Variável de Curto Prazo (“ICP”) por meio de um Programa de Participações nos Lucros e Resultados – PPLR – registrada no sindicato competente; e (b) Remuneração Variável de Longo Prazo (“ILP”) composta por um Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Incentivo atrelado a Ações por meio de *matching* de ações, vide item 13.4 abaixo.

¹ Neste Anexo, os valores de remuneração informados são líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador. Conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, tratamento a ser refletido tanto na Proposta de Remuneração quanto no Formulário de Referência, sem prejuízo da divulgação apartada, no Formulário de Referência, dos montantes dos referidos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores da Companhia, como informação complementar, a critério da Companhia.

A Companhia possui Política de Remuneração da Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de julho de 2020. A estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, os modelos de opções de ações, de incentivo atrelado a ações de emissão da Companhia e as indicações de beneficiários são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral da Companhia, nas hipóteses abaixo descritas.

Compete aos acionistas da Companhia, em sede de Assembleia: (a) aprovar a remuneração global anual dos administradores para cada exercício social; e (b) deliberar sobre planos de incentivo atrelados a ações. As atas das referidas Assembleias podem ser obtidas no site da Even: <https://ri.even.com.br/informacoes-financeiras/central-de-downloads/>

Compete ao Conselho de Administração da Companhia: (a) deliberar a respeito da respectiva distribuição da remuneração global anual dos administradores aprovada em Assembleia; e (b) instituir e implementar os programas de incentivo atrelados a ações, com base no plano aprovado em assembleia. As atas das referidas reuniões do conselho de administração podem ser obtidas no site da Even: <https://ri.even.com.br/informacoes-financeiras/central-de-downloads/>

(b) composição da remuneração;

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração

Todos os membros efetivos do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal e, a partir do segundo mandato consecutivo são elegíveis a uma remuneração variável prevista no ILP. O membro suplente do Conselho de Administração não terá remuneração fixa anual ou mensal, no entanto, se o suplente substituir o membro titular em alguma reunião, será remunerado nas mesmas bases dos membros titulares.

Além do ILP, os membros do Conselho de Administração que cumulam cargos na Diretoria são elegíveis, também, a remuneração variável, mediante participação nos resultados da Companhia, conforme ICP.

Diretoria Estatutária

A Companhia adota as seguintes formas de remuneração para seus membros da Diretoria Estatutária: a) Remuneração fixa mensal (“RF”); b) Remuneração variável de incentivo a curto prazo (“ICP”, correspondente à participação nos lucros e resultados); c) Remuneração variável de incentivo a longo prazo (“ILP” correspondente a planos de opção de compra de ações); d) Benefícios diretos e indiretos, correspondente a plano de assistência médica, seguro de vida, benefício para alimentação, entre outros (“Benefícios”).

A remuneração total dos membros da Diretoria Estatutária é planejada anualmente.

Os valores pagos a título de remuneração fixa e variável de curto prazo seguem os padrões de mercado, permitindo que a Companhia concentre parte significativa da remuneração total nos incentivos variáveis de longo prazo, o que faz com que os Diretores compartilhem os riscos e resultados com a Companhia e permite maior alinhamento de interesse entre executivos e acionistas. O objetivo da remuneração variável de longo prazo, baseada em ações (tanto por meio de opções, quanto por meio de *matching* de ações), é recompensar o resultado de um período mais longo, alinhando desta forma o ciclo do negócio com a compensação dos executivos.

Para maiores informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Incentivo atrelado a Ações por meio de *matching* de ações, vide item 13.4 abaixo.

Conselho Fiscal

A Companhia não dispõe de Conselho Fiscal instalado.

No caso de instalação do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Fiscal da Companhia fariam jus a uma remuneração fixa a ser fixada pela Assembleia que o instalar, observando o mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, é atribuída a cada Diretor, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos Diretores, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 4 (quatro) comitês assessoramento instalados. A remuneração dos membros dos Comitês, em contrapartida aos serviços prestados, poderá ser feita de 2(duas) formas: (i) fixa, paga em 12 (doze) parcelas mensais, para os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê

Financeiro, do Comitê de Transação com Partes Relacionadas e do Comitê de Inovação; ou (ii) por participação em reunião, conforme convocação da Companhia, no caso dos membros do Comitê de Pessoas.

Os membros da Diretoria Estatutária não serão remunerados pela cumulação de mandato como membro de qualquer Comitê. Já os membros do Conselho de Administração que cumulem cargos nos Comitês terão remuneração adicional correspondente à participação em 1 (um) Comitê, independentemente do número de comitês que participar como membro efetivo, exceto pelo Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração que não serão remunerados pela cumulação de mandato como membro de qualquer Comitê.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

| Conselho de Administração | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Remuneração Fixa Anual | 100% | 100% | 83% |
| Salário / Pró Labore | 100% | 100% | 83% |
| Benefícios diretos e indiretos | 0% | 0% | 0% |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0% | 0% | 0% |
| Remuneração de Curto Prazo | 0% | 0% | 0% |
| Remuneração baseada em ações | 0% | 0% | 17% |
| Total da Remuneração | 100% | 100% | 100% |

| Diretoria Estatutária | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Remuneração Fixa Anual | 52% | 34% | 25% |
| Salário / Pró Labore | 50% | 32% | 24% |
| Benefícios diretos e indiretos | 2% | 2% | 1% |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 1% | 0% | 0% |
| Remuneração de Curto Prazo | 46% | 5% | 3% |
| Remuneração baseada em ações | 1% | 61% | 72% |
| Plano de Opções 2014 "SOP 2014" – ILP | 0% | 0% | 0% |
| Plano de Opções 2016 "SOP 2016" – ILP | -52% | 0% | 0% |
| Plano de Opções 2020 "SOP 2019/2021" - ILP | 51% | 61% | 72% |
| Total da Remuneração | 100% | 100% | 100% |

| Remuneração Total (Diretoria + Conselho) | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Remuneração Fixa Anual | 58% | 37% | 28% |
| Salário / Pró Labore Benefícios diretos e indiretos | 56% | 35% | 27% |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0% | 0% | 0% |
| Remuneração de Curto Prazo | | | |
| Remuneração baseada em ações | 41% | 5% | 3% |
| Plano de Opções 2014 "SOP 2014" – ILP | 1% | 58% | 69% |
| Plano de Opções 2016 "SOP 2016" – ILP | 0% | 0% | 0% |
| Plano de Opções 2020 "SOP 2019/2021" - ILP | -47% | 0% | 0% |
| Total da Remuneração | 46% | 58% | 69% |
| | 100% | 100% | 100% |

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Os valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado através de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes. As pesquisas de mercado são feitas com as principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento, porte e desafios similares aos da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração total são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais.

Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento:

A Companhia acredita que a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração está alinhada com as melhores práticas de mercado, baseia-se em responsabilidades dos membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é fixa, paga em 12 (doze) parcelas mensais, em contrapartida aos serviços prestados. Todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Independente ou não, receberão o mesmo valor mensal.

O membro suplente do Conselho de Administração não terá remuneração fixa anual e/ou mensal. Se um membro suplente do Conselho de Administração substituir o membro titular em alguma reunião, será remunerado nas mesmas bases dos membros titulares.

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por:

- a) Uma parcela de Remuneração Fixa, definida a cada ano, baseada em referências de mercado (conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pela Companhia), condição econômico-financeira e estratégias da Companhia.
- b) Todos os benefícios diretos e indiretos constantes das políticas de recursos Humanos da Companhia.
- c) Período de 30 (trinta) dias de descanso anual, convencionado em contrato. Ao final do mandato, caso não tenham utilizado todos os dias de descanso, não haverá compensação de qualquer natureza.
- d) ICP (Remuneração Variável de Curto Prazo), com pagamento anual vinculado ao alcance dos resultados do exercício da Companhia (Macrometas), observado o disposto no Item 4.4.5 abaixo. A meta do ICP é baseada na quantidade de remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários, intitulado de “BR” (base de referência), observados, quando aplicável, a proporcionalidade da competência em questão. Há também a previsibilidade de matching ICP em ações da Companhia.
- e) ILP (Remuneração Variável de Longo Prazo): A oferta de ILP como um componente da remuneração dos Diretores tem por objetivos o engajamento, a atração e retenção de profissionais chave e qualificados e ao alcance dos resultados e rentabilidade esperados pela Companhia no curto, médio e longo prazos. Os planos são estruturados na forma de planos de outorga de opções de compra ou concessão de ações exercíveis no longo prazo, sujeito ao atingimento das metas e condicionado a demais requisitos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Remuneração Fixa: é representada pelo salário base, calculada mensalmente com base em 30 (trinta) dias de trabalho, planejada e definida anualmente, baseada em referências de mercado (conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pela Companhia), condição econômico-financeira e estratégias da Companhia

Remuneração Variável de Curto Prazo: é representada pelos ganhos propostos nos programas de ICP, com pagamento anual vinculado ao alcance dos resultados do exercício da Companhia (Macrometas) e alinhado aos objetivos dos administradores e aos interesses da Companhia e seus acionistas. A meta do ICP é baseada na quantidade de remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários, intitulado de “BR” (base de referência), observados, quando aplicável, a proporcionalidade da competência em questão. Todos os Diretores são elegíveis ao incentivo de curto prazo (ICP). O cálculo considera: i) resultados alcançados nas Macrometas (100% de peso); ii) quantidade de salários atribuídos a cada posição (Diretores com o mesmo multiplicador; COO e CEO com multiplicadores diferentes); iii) aplicação de proporcionalidade (quando necessário); iv) base salário e função na data base definida no

Acordo Coletivo de Trabalho.

Remuneração Variável de Longo Prazo: é também baseada em critérios objetivos ligados aos resultados da Companhia e concentrada no longo prazo – ILP - de modo a alinhar os objetivos dos executivos aos interesses da Companhia e seus acionistas, sobretudo em vista da longevidade do ciclo do setor no qual a Companhia está inserido. Os planos são estruturados na forma de planos de outorga de opções de compra ou concessão de ações exercíveis no longo prazo, sujeito ao atingimento das metas e condicionado a demais requisitos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração; e

As razões para composição da remuneração da administração são os incentivos para melhoria da gestão e a permanência dos executivos na Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo. A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total em componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), sendo parte de sua política de compartilhamentos de riscos e resultados com os seus principais executivos.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato.

Não há.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração da Companhia é baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, busca-se alinhar os objetivos dos seus executivos aos interesses da Companhia e de seus acionistas. Entre as metas quantitativas, destacam-se o acompanhamento dos resultados global pactuado e mensurado pelo lucro líquido, os lançamentos e vendas, a geração de caixa operacional, despesas gerais e administrativas, assim como custos e evolução das obras/empreendimentos imobiliários. No plano qualitativo, é mensurado por meio de avaliações periódicas do engajamento organizacional, do desempenho individual e, para os níveis gerenciais, também a liderança e formação de equipe.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A parcela variável da remuneração dos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos aos administradores a título de participação nos resultados da Companhia, ou outorga de opções de compra de ações da Companhia, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas da Companhia e das metas individuais dos respectivos administradores.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores e empregados a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, alinhado, assim, aos interesses da Companhia.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em curto prazo, a Companhia visa o alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados empregados e administradores.

Em longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio de plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia e plano de incentivo atrelado a ações da Companhia, por meio de *matching* de ações.

Relativamente aos exercícios de 2019, 2020 e 2021, foi aprovado o Plano de Incentivo Longo Prazo (SOP 2019/2021) o qual possui caráter de um plano de retenção e de alinhamento com resultados de longo prazo, dado seu prazo de 3 (três) anos e a aferição e apuração de metas também no longo prazo.

Ademais, observado os termos e condições programa de incentivo atrelado a ações da Companhia, referido a seguir como Plano *Matching*, as pessoas elegíveis que, por intermédio da corretora, adquirirem ações da Companhia terão o direito de receber, a quantidade base de 4 (quatro) ações da Companhia, sujeita aos ajustes previstos no referido programa.

Características do Plano de Longo Prazo (SOP 2019/2021):

- a. Pessoas elegíveis e regras de elegibilidade: empregados e administradores da Companhia.
- b. Periodicidade: 3 anos.
- c. Concessão e “conquistas” de ações: O plano é baseado em 3 (três) ou 6 (seis) lotes de ações, conforme o contrato assinado, concedido mediante atingimento de Metas Globais, que poderão ser revistas anualmente pelo Conselho de Administração, e Metas de Curto Prazo da Companhia, que são aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.
- d. Forma de Pagamento: O SOP 2019/2021 estabelece, para determinados empregados e executivos, um plano de remuneração atrelado à concessão de ações da Companhia; estabelece, ainda, para grupo mais restrito de beneficiários, aprovados pelo Conselho de Administração, a possibilidade de celebração de contrato de *matching*, não remuneratório, cuja transferência de ações de tais beneficiários depende do atingimento das metas de longo prazo da Companhia mensurado pelo Retorno sobre Patrimônio (ROE) da Unidade de Negócios.
- e. Diluição: O montante de ações concedido no âmbito do plano de longo prazo está sujeito ao limite global máximo para outorga de plano de opções de compra aos administradores aprovado em Assembleia.

Com este programa a Even passa a contar com a seguinte estrutura de remuneração variável:

Variável de curto prazo (participação no resultado): Periodicidade anual baseada no cumprimento de metas corporativas e das áreas.

Variável de longo prazo (SOP 2019/2021): programa estruturado com 3 (três) anos de *vesting*.

Conforme mencionado acima, para os anos de 2019, 2020 e 2021, e para um grupo mais restrito de executivos, existe a possibilidade de um plano de *matching* de ações, de caráter não remuneratório. Referido plano de *matching* possui caráter de um plano de retenção e de alinhamento com resultados de longo prazo, dado seu prazo de 3 (três) anos e a aferição e apuração de metas também no longo prazo.

Características do Plano de *Matching*:

- a. Pessoas elegíveis e regras de elegibilidade: Administradores e empregados da Companhia e de suas Controladas, escolhidos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.
- b. Periodicidade: 3 (três) anos.
- c. Concessão e “conquistas” de ações: O plano é baseado na transferência de 4 (quatro) ações, sem contrapartida financeira, para cada ação que o beneficiário adquirir, sujeito ao atingimento de determinadas metas de longo prazo da Companhia, especificadas no programa e nos contratos celebrados com os beneficiários.
- d. Forma de Pagamento: A transferência das ações para os beneficiários depende do atingimento de determinadas metas de longo prazo da Companhia, especificadas no programa e nos contratos celebrados com os beneficiários.
- e. Diluição: O montante de ações concedido no âmbito do plano de *matching* está sujeito ao limite global máximo para outorga de opções de compra aprovado em Assembleia.

A administração da Companhia informa que está analisando o Programa de Incentivo de Longo Prazo para 2022, informações mais específicas acerca do programa serão disponibilizadas oportunamente.

(f) a existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; e

Não há.

(g) a existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a

utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

De acordo com os artigos 14 e 24 do Estatuto Social da Companhia, a remuneração global ou individual do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral. No caso de a Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

A Política de Remuneração da Companhia poderá ser alterada mediante prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia, sempre que o referido órgão da administração entender necessário e/ou em decorrência de alterações legislativas e regulatórias ou de documentos de governança corporativa da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

| 2022 (Estimado) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------|------------------|
| Número total de Membros | 5 | 6 | 0 | 11 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 6 | 0 | 10 |
| Remuneração Segregada | | | | |
| Remuneração Fixa Anual (em R\$ mil) | 1.224.000 | 6.944.976 | 0 | 8.168.976 |
| Salário / Pró-labore | 1.224.000 | 6.678.417 | 0 | 7.902.417 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 266.559 | 0 | 266.559 |
| Remuneração por | 0 | 0 | 0 | 0 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|---|-----------|------------|---|------------|
| Participação em Comitês | | | | |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável Segregada | | | | |
| Remuneração Variável (em R\$ mil) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 2.538.662 | 0 | 2.538.662 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em ações, incluindo opções (em R\$ mil) | 810.393 | 17.458.265 | 0 | 18.268.658 |
| Total da remuneração (em R\$ mil) | 2.034.000 | 26.941.903 | 0 | 28.976.296 |
| Obs.: Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão. | | | | |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| 2021 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--------------------------------------|----------------------------------|----------------------------|------------------|
| Número total de Membros | 5 | 5 | 0 | 10 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 5 | 0 | 9 |
| Remuneração Segregada | | | | |
| Remuneração Fixa Anual (em R\$ mil) | 1.014.000 | 5.785.728 | 0 | 6.799.728 |
| Salário / Pró-labore | 1.014.000 | 5.547.086 | 0 | 6.561.086 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 238.642 | 0 | 238.642 |
| Remuneração por Participação em Comitês | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável Segregada | | | | |
| Remuneração Variável (em R\$ mil) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 812.000 | 0 | 812.000 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em ações, incluindo | 212 | 16.580 | 0 | 16.792 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|---|------------------|--|------------|-------------------|
| opções (em R\$ mil) | | | | |
| Total da remuneração (em R\$ mil) | 1.226.000 | | [•] | 24.403.728 |
| Obs.: Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão. | | | | |

| 2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número total de Membros | 4,75⁽¹⁾ | 5 | 0 | 10 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 5 | 0 | 9 |
| Remuneração Segregada | | | | |
| Remuneração Fixa Anual (em R\$ mil) ⁽²⁾ | 648⁽³⁾ | 5.209 | 0 | 5.857 |
| Salário / Pró-labore | 648 | 4.888 | 0 | 5.536 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 321 | 0 | 321 |
| Remuneração por Participação em Comitês | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável Segregada | | | | |
| Remuneração Variável (em R\$ mil) | 0 | 809 | 0 | 809 |
| Bônus | 0 | 260 | 0 | 260 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|--|------------|---------------|----------|---------------|
| Participação nos resultados | 0 | 549 | 0 | 549 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em ações (em R\$ mil) | 0 | 9.253 | 0 | 9.253 |
| Total da remuneração (em R\$ mil) | 648 | 15.271 | 0 | 15.919 |

(¹) Tal número corresponde à média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente.

(²) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

(³) A remuneração global estabelecida para o Conselho de Administração inclui eventual remuneração a membros de comitês técnicos e de assessoramento do Conselho de Administração

| 2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número total de Membros | 5 | 3 | 0 | 8 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 2,71 | 0 | 6,71 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| Remuneração Segregada | | | | |
|--|--------------------------|--------------|----------|--------------|
| Remuneração Fixa Anual (em R\$ mil) ⁽¹⁾ | 959⁽²⁾ | 3.280 | 0 | 4.239 |
| Salário / Pró-labore | 959 | 3.081 | 0 | 4.040 |
| Benefícios diretos e indiretos | 0 | 199 | 0 | 199 |
| Participação em Comitês | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração Variável Segregada | | | | |
| Remuneração Variável (em R\$ mil) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração por Participação em Reuniões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Comissões | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pós-emprego | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Remuneração baseada em ações (em R\$ mil) | 0 | 3.770 | 0 | 3.770 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|---|------------|--------------|----------|--------------|
| Total da remuneração (em R\$ mil) | 959 | 7.050 | 0 | 8.009 |
| <p>(¹) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.</p> <p>(²) A remuneração global estabelecida para o Conselho de Administração inclui eventual remuneração a membros de comitês técnicos e de assessoramento do Conselho de Administração.</p> | | | | |

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

| 2022 (Estimado) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|------------------|
| Número total de Membros | 5 | 6 | 0 | 11 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 6 | 0 | 11 |
| Em relação ao bônus | | | | |
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | 6.569.282 | n/a | 6.569.282 |
| valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | n/a | n/a | n/a | n/a |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| Em relação à participação no resultado | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor efetivamente reconhecido no exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |

| 2021 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|------------------|
| Número total de Membros | 5 | 5 | n/a | 10 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 5 | n/a | 9 |
| Em relação ao bônus | | | | |
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | 4.950.056 | n/a | 4.950.056 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|--|------------|------------------|------------|------------------|
| valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | 4.472.711 | n/a | 4.472.711 |
| Em relação à participação no resultado | | | | |
| valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | n/a | n/a | n/a |
| valor efetivamente reconhecido no exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |

| 2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Número total de Membros | 5 | 5 | 0 | 10 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 5 | n/a | 9 |
| Em relação ao bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Em relação à participação no resultado | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (1) | n/a | n/a | n/a | 809 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |
| (1) Considera somente planos de natureza remuneratória, variável de acordo com o atingimento das metas da Companhia. | | | | |

| | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| 2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Número total de Membros | 5 | 3 | 0 | 8 |
| Número de Membros Remunerados | 4,58 | 2,71 | 0 | 7,29 |
| Em relação ao bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de | n/a | n/a | n/a | n/a |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|--------------|
| remuneração | | | | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Em relação à participação no resultado | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (1) | n/a | n/a | n/a | 7.767 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | n/a | n/a | n/a | n/a |
| (1) Considera somente planos de natureza remuneratória, variável de acordo com o atingimento das metas da Companhia. | | | | |

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(a) termos e condições gerais;

Em 13 de fevereiro de 2007, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foram aprovadas pelos acionistas as diretrizes e condições gerais para estruturação e implementação de Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia para os administradores, sendo que em 7 de março de 2007, foi aprovada a inclusão dos empregados da Companhia entre os beneficiários do Plano de Opções de Compra de Ações.

Em 14 de setembro de 2007, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foram aprovados: (i) o Regulamento de Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia; e (ii) a outorga de opções de compra de ações da Companhia.

Em 28 de março de 2011, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista que não havia opções exercíveis em aberto, foram aprovadas: (i) a revogação do Regulamento de Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia que havia sido aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de setembro de 2007; (ii) as novas regras do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em linha com as diretrizes e condições gerais aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2007 ("SOP 2011"); e (iii) a outorga de opções de compra de ações da Companhia.

Em 9 de março de 2012, em reunião do Conselho de Administração da Companhia foi aprovado o aumento do limite global de opções de compra de ações a serem outorgadas pela Companhia conforme regras do SOP 2011 e a outorga de opções de compra de ações da Companhia. Este novo limite aprovado em 9 de março de 2012 está dentro do limite máximo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2007.

Em 24 de março de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas novas regras para outorga de novas opções de compra de ações dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em linha com o previsto no Plano de Remuneração Variável da Companhia aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2013, bem como a autorização para a outorga destas novas opções ("SOP 2014").

Em 18 de março de 2016, em reunião do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas novas regras para outorga de novas opções de compra de ações dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como a autorização para a outorga destas novas opções ("SOP 2016"), em linha com as novas regras para o plano de remuneração variável da Companhia aprovadas na mesma reunião ("Plano de Remuneração Variável de 2016").

As regras do SOP 2016 foram alteradas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 1 de abril de 2016, 18 de abril de 2016, 18 de julho de 2016 e 15 de agosto de 2018.

Em 22 de abril de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foi aprovado o aumento do limite global máximo para outorga de plano de opções de compra aos administradores de 5% (cinco por cento) para 8,7% (oito inteiros e sete décimos por cento) do capital social da Companhia.

Em 8 de setembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foi aprovado o aumento do limite global máximo para outorga de plano de opções de compra aos administradores de 8,7% para 9,7%, que corresponde ao atual limite global máximo.

Em 12 de dezembro de 2019, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi revogado o Plano de Remuneração Variável aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2016, com a aprovação do novo Programa de Remuneração Variável da Companhia, de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2007. Na referida Reunião, foi aprovada a revogação das regras e dos planos para outorga de Opções aprovadas em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas anteriormente àquela data, com a extinção das Opções outorgadas (ressalvadas as exceções aprovadas pelo Conselho), sendo autorizada também a celebração de distrato dos contratos de opção de compra de ações celebrados entre a Companhia e os administradores da Companhia no âmbito do Plano de Remuneração Variável de 2016.

Em 13 de maio de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foi aprovado o Plano de Incentivo Atrelado a Ações. Em 15 de maio de 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foram aprovados: (i) os ajustes nos termos e condições do SOP 2019/2021, com a autorização para a outorga de novas opções de compra de ações pela Companhia no âmbito de tal Programa de Opção; e (ii) aprovação do Plano de *Matching*.

Em 19 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi rerratificação das atas da Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 12 de dezembro de 2019 e de 15 de maio de 2020, para fazer constar as corretas deliberações tomadas com relação à revogação do Plano de Remuneração Variável de 2016 e das regras e dos planos para outorga de opções aprovadas em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas anteriormente a tal data.

Em 13 de setembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia foi aprovado a liberação da restrição de negociação (bloqueio) aplicável a todas as ações de *Matching* no âmbito do Plano de *Matching* e dos Contratos de *Matching*, exceto pelo bloqueio previsto na Cláusula 3.8 – *Lock Up*, dos Contratos de *Matching* do Modelo Nº 02, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 15 de maio de 2020, que foi mantido, de modo que, a partir da data da referida reunião, todos os beneficiários ficaram autorizados a negociar suas ações de *Matching* livremente, sem que isso represente uma violação à restrição de bloqueio prevista no Plano de *Matching* e nos Contratos de *Matching*, sendo que a efetiva liberação acontecerá após a assinatura dos documentos necessários, a serem providenciados pela Diretoria da Companhia.

Em 2021, 2 membros do Conselho de Administração se tornaram elegíveis ao recebimento de remuneração com base em ações.

A administração da Companhia informa que está analisando o Programa de Incentivo de Longo Prazo para 2022, informações mais específicas acerca do programa serão disponibilizadas oportunamente.

(b) principais objetivos do plano;

Estimular os administradores e empregados a perseguir o planejamento estratégico da Companhia e garantir a geração de valor de longo prazo, alinhando as tomadas de decisão e as ações de curto e longo prazo dos administradores ao crescimento da rentabilidade das operações da Companhia. Além disso, os planos de opção de compra de ações procuram auxiliar na atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos;

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, a Companhia espera que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos estratégicos e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros.

Adicionalmente, espera-se que os modelos sejam atrativos e eficazes enquanto mecanismos de retenção dos administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações de emissão da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia;

O plano de opção de compra de ações para empregados e administradores é parte relevante do programa de remuneração destes profissionais. Este plano contempla remuneração atrelada a ações de longo prazo, complementando os demais componentes da remuneração, cujos focos estão no curto e médio prazo.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo;

O plano alinha os objetivos dos administradores aos interesses da Companhia e seus acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de emissão da Companhia. Por meio do plano, busca-se melhorar a gestão e a permanência dos executivos na Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de médio e longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas;

Conforme descrito no item (a) acima, o Conselho de Administração pode aprovar regras sobre o plano, observado o limite global máximo para outorga de planos de opções de compra de ações aos administradores de 9,7% do total de ações do capital social da Companhia. Na data de divulgação desta Proposta da Administração, este limite corresponde a 20.564.000 ações ordinárias de emissão da Companhia.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas;

Cada beneficiário recebe uma opção para adquirir determinado número de ações de emissão da Companhia, observado o limite global máximo de 9,7% do total de ações do capital social da Companhia (limite que deve considerar todos os planos de incentivo atrelado a ações desde a sua aprovação em Assembleia Geral).

(h) condições de aquisição de ações;

SOP 2014 e 2016

A Companhia outorgou as opções no âmbito do SOP 2014 e do SOP 2016, as quais foram integralmente exercidas pelos beneficiários no prazo fixado pelo Conselho de Administração, (prazo mínimo de até 30 (trinta) dias contados de sua outorga), sendo que, relativamente ao SOP 2016, os contratos de opções de compra de ações celebrados com determinados executivos foram extintos, com o retorno para tesouraria das ações não conquistadas.

A extinção, celebrada em comum acordo com os executivos, deveu-se à necessidade de reformulação do plano atrelado a ações e implementação do plano de *matching*, que aprimorou e refinou o alinhamento de interesses dos beneficiários aos interesses da Companhia no longo prazo.

SOP 2019/2021

O exercício das Opções pelos beneficiários e a consequente aquisição de ações da Companhia estão condicionados ao atingimento das Metas Globais e/ou das Metas de Curto Prazo estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Matching

No Plano de *Matching*, de caráter não remuneratório, os respectivos beneficiários poderão fazer jus à

transferência, pela Companhia, de ações de sua emissão – observadas as restrições e condições estabelecidas nos respectivos contratos.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;

SOP 2014

O preço de exercício para cada ação era equivalente ao valor da cotação média das ações da Companhia no período de 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à outorga de opções de compra de ações da Companhia aos beneficiários.

SOP 2016

O preço de exercício para cada ação era definido pelo Conselho de Administração em cada outorga, podendo ser adotado porcentuais ou múltiplos de cotação média das ações da Companhia na B3 em determinado período como parâmetros de cálculo do preço de exercício das Opções.

SOP 2019/2021

O preço de exercício para cada ação é determinado pelo valor médio das ações nos pregões entre 1º de dezembro de 2018 (inclusive) e 31 de janeiro de 2019 (inclusive).

Matching

Com relação ao Plano de *Matching*, de caráter não remuneratório, os respectivos beneficiários poderão fazer jus à transferência, pela Companhia, de ações de sua emissão – observadas as restrições e condições estabelecidas nos respectivos contratos – sem contrapartida financeira.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício;

SOP 2014 e 2016

O prazo de exercício foi fixado para possibilitar que, em um curto período após a outorga, os beneficiários possam exercê-la e, conseqüentemente, fazer jus a todos os direitos decorrentes da titularidade das ações, incluindo direito de voto, participação nos dividendos, representação, direitos de preferência.

SOP 2019/2021

O prazo de exercício foi fixado para possibilitar que, em um curto período após a outorga, os beneficiários possam exercê-la e, conseqüentemente, fazer jus a todos os direitos decorrentes da

titularidade das ações, incluindo direito de voto, participação nos dividendos, representação, direitos de preferência.

Matching

Com relação ao Plano de *Matching*, após a apuração das metas relativas a cada um dos anos de competência, os beneficiários receberão, sem contrapartida financeira, ações de emissão da Companhia, que poderão ser limitados proporcionalmente ao atingimento das metas para aquele determinado exercício, e demais variáveis ou condições ao seu exercício – que poderão ser estabelecidas aos beneficiários pelo Conselho de Administração.

(k) forma de liquidação;

SOP 2014 e 2016

Havendo o exercício das opções, o preço de exercício devia ser pago pelo beneficiário à vista ou em até 15 dias contados da data de recebimento pela Companhia da comunicação do exercício da opção. No SOP 2014 e SOP 2016, as ações foram entregues pela Companhia no prazo de 20 dias contados do pagamento pelo beneficiário.

SOP 2019/2021

Após a apuração das metas relativas a cada um dos anos de competência, os beneficiários poderão exercer as opções de compra de ações, que poderão ser limitadas proporcionalmente ao atingimento das metas para aquele determinado exercício, e demais variáveis ou condições ao seu exercício – que poderão ser estabelecidas aos beneficiários pelo Conselho de Administração.

Matching

Relativamente ao Plano de *Matching*, de caráter não remuneratório, os respectivos beneficiários poderão atrelar ao plano ações de emissão da Companhia que sejam da sua titularidade para que, se observados determinados critérios e condições auferíveis no longo prazo, a Companhia transfira ao executivo a respectiva contrapartida, nos termos do plano.

(l) restrições à transferência das ações;

SOP 2014

Até 2 (dois) anos após a assinatura do contrato de opção, o beneficiário não poderia transferir as ações adquiridas mediante o exercício da opção. Findo este prazo de 2 (dois) anos, a restrição à transferência

(“Restrição de Transferência”) estaria sujeita ao seguinte cronograma de liberação:

a) 1/3 (um terço) das ações adquiridas no SOP 2014 estará livre da Restrição de Transferência a partir do 2º aniversário da assinatura do contrato (“Período de Indisponibilidade do Primeiro Lote”);

b) 1/3 (um terço) adicional das ações adquiridas no SOP 2014 estará livre da Restrição de Transferência a partir do 3º aniversário da assinatura do contrato (“Período de Indisponibilidade do Segundo Lote”);
e

c) 1/3 (um terço) restante das ações adquiridas no SOP 2014 estará livre da Restrição de Transferência a partir do 4º aniversário da assinatura do contrato (“Período de Indisponibilidade do Terceiro Lote” e, em conjunto com o Período de Indisponibilidade do Primeiro Lote e o Período de Indisponibilidade do Segundo Lote, o “Período de Indisponibilidade”).

SOP 2016

Até 31 de dezembro de 2020, o beneficiário não poderia transferir as ações adquiridas mediante o exercício da opção. Após 31 de dezembro de 2020, o impedimento à transferência das ações pelo beneficiário está sujeito ao cronograma de liberação previsto no respectivo contrato de opção.

SOP 2019/2021

Os beneficiários poderão ter direito a exercer até 3 (três) lotes de opções de compra de ações após a apuração das metas de relativas aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 (a serem auferidas após o fechamento dos resultados dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, ou até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar os resultados dos referidos exercícios), de forma condicionada e proporcional ao atingimento das respectivas metas.

Matching

Com relação ao Plano de *Matching*, de caráter não remuneratório, os respectivos beneficiários poderão fazer jus à transferência, pela Companhia, de ações de sua emissão – observadas as restrições e condições estabelecidas nos respectivos contratos.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e

Além de aferir o atingimento das metas da Companhia, não há critérios adicionais.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

SOP 2014

Em qualquer caso de desligamento do beneficiário, as opções que não fossem exercidas seriam automaticamente canceladas. Em caso de (i) rescisão do contrato de trabalho ou destituição por iniciativa da Companhia, conforme aplicável, com ou sem justa causa, conforme definido no SOP 2014; (ii) renúncia ou pedido de demissão pelo beneficiário, este ficaria obrigado a alienar à Companhia, ou a qualquer subsidiária da Companhia por ela indicada, observada a legislação aplicável, todas (e não menos do que todas) as ações adquiridas por ele no âmbito do SOP 2014 que ainda estivessem sujeitas ao Período de Indisponibilidade na data de desligamento, conforme cronograma constante do item “l” acima, por valor simbólico.

SOP 2016

Às hipóteses de desligamento do Beneficiário, rescisão de seu contrato de trabalho ou destituição por iniciativa da Companhia, renúncia ou pedido de demissão pelo beneficiário, aposentadoria por invalidez ou falecimento do Beneficiário, aplicar-se-iam as regras previstas em seu respectivo contrato de opção firmado de acordo com um dos modelos aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de julho de 2016.

SOP 2019/2021

Às hipóteses de desligamento do Beneficiário, rescisão de seu contrato de trabalho ou destituição por iniciativa da Companhia, renúncia ou pedido de demissão pelo beneficiário, aposentadoria por invalidez ou falecimento do beneficiário, aplicar-se-ão as regras previstas nos contratos celebrados com os beneficiários que, de forma geral, poderão vir a perder o direito ao exercício ou transferência de ações caso, em determinadas hipóteses de desligamento, o comportamento do beneficiário após o seu desligamento denote postura de má-fé com relação à Companhia, suas atividades, seus produtos, seus administradores e demais colaboradores.

Matching

Às hipóteses de desligamento do beneficiário, rescisão de seu contrato de trabalho ou destituição por iniciativa da Companhia, renúncia ou pedido de demissão pelo beneficiário, aposentadoria por invalidez ou falecimento do beneficiário, aplicar-se-ão as regras previstas em seu respectivo contrato de adesão firmado de acordo com um dos Modelos aprovados em reunião do Conselho de

Administração.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

| Exercício Social de 2022 (estimativa) | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| “SOP /Matching 2019/2021” | | |
| Número total de Membros | n/a | 5 |
| Número de Membros Remunerados | n/a | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | n/a | |
| Data de outorga | n/a | 30/01/2019 |
| Quantidade de opções outorgadas | n/a | 0 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 3 Anos |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | n/a |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | | |
| - em aberto no início do exercício | n/a | 24.777.729,72 |
| - perdas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | 8.947.507,38 |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | N/A |
| Valor justo das opções na data de outorga | n/a | 8,76 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | 0% |

| | |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--------------------------------------|----------------------------------|

Exercício Social de 2022 (estimativa)**“SOP 2019/2021”**

| | | |
|---|------------|-----|
| Número total de Membros | 5 | n/a |
| Número de Membros Remunerados | 2 | n/a |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | 30/01/2019 | n/a |
| Data de outorga | 30/01/2020 | n/a |
| Quantidade de opções outorgadas | 0 | n/a |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | 3 ANOS | n/a |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | n/a |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | | |
| - em aberto no início do exercício | 74.197 | n/a |
| - perdas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | 0 | n/a |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga | 8,77 | n/a |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0% | n/a |

| | |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--------------------------------------|----------------------------------|

Exercício Social de 2022 (estimativa)**“SOP 2022”**

| | | |
|--|------------|------------|
| Número total de Membros | 5 | 6 |
| Número de Membros Remunerados | 4 | 6 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | 01/01/2022 | 01/01/2022 |
| Quantidade de opções outorgadas | 224.413 | 1.740.084 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | 3 anos | 3 anos |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | n/a |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---|--------|-----------|
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | | |
| - em aberto no início do exercício | 22.413 | 1.740.084 |
| - perdas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga | 7,90 | 7,90 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,11% | 0,82% |
| Obs.: A proposta do programa de opção de 2022 ainda está pendente de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. | | |

| | | |
|---------------------------------|----------------------|----------------------------------|
| | Conselho de | Diretoria |
| Exercício Social de 2021 | Administração | Estatutária⁽¹⁾ |

“SOP / Matching 2019/2020”

| | | |
|---|------------|------------|
| Número total de Membros | n/a | 5 |
| Número de Membros Remunerados | n/a | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | n/a | |
| Data de outorga | n/a | 30/01/2019 |
| Quantidade de opções outorgadas ¹ | n/a | 0 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 3 anos |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | NA |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | NA |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | n/a | 6,13 |
| - em aberto no início do exercício | n/a | 33.725.237 |
| - perdas durante o exercício social | n/a | N/A |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | 2.401.360 |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | N/A |
| Valor justo das opções na data de outorga | n/a | 8,76 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | 0% |

¹ Os Diretores poderão não fazer jus à remuneração com base em ações na hipótese de celebrarem contrato de *matching*, que não possui caráter remuneratório.

Exercício Social de 2021 **Conselho de Administração⁽¹⁾** **Diretoria Estatutária**

“SOP 2019/2021”

| | | |
|---|------------|-----|
| Número total de Membros | 5 | N/A |
| Número de Membros Remunerados | 2 | N/A |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | 30/01/2019 | n/a |
| Quantidade de opções outorgadas ¹ | 74.197 | n/a |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | 3 anos | n/a |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | n/a |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | n/a | n/a |
| - em aberto no início do exercício | 74.197 | n/a |
| - perdidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga | 8,77 | n/a |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,03% | n/a |

¹Em 2021, 2 membros do Conselho de Administração se tornaram elegíveis ao recebimento de remuneração baseada em ações.

Exercício Social de 2020 **Conselho de Administração** **Diretoria Estatutária⁽¹⁾**

| | | |
|-------------------------------|---|---|
| “SOP 2019/2021” | | |
| Número total de Membros | 5 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 5 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---|------------|------------------|
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | n/a | Dezembro de 2019 |
| Quantidade de opções outorgadas ¹ | n/a | 528.218 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 30/04/2020 |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | 30/05/2020 |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | n/a | n/a |
| - em aberto no início do exercício | n/a | n/a |
| - perdidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga.... | n/a | |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | 0,25% |
| ¹ Os Diretores poderão não fazer jus à remuneração com base em ações na hipótese de celebrarem contrato de matching, que não possui caráter remuneratório. | | |

| | | |
|---|------------|------------------|
| “ILP 2016” | | |
| Número total de Membros | 5 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | n/a | Dezembro de 2019 |
| Quantidade de opções outorgadas ¹ | n/a | 497.301 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 30/04/2020 |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | 30/05/2020 |
| Prazo de restrição à transferência das ações. | n/a | n/a |
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções | | |
| - em aberto no início do exercício | n/a | n/a |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---|------------|------------|
| - perdas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga ... | n/a | |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | 0,23% |
| ¹ Os Diretores poderão não fazer jus à remuneração com base em ações na hipótese de celebrarem contrato de matching, que não possui caráter remuneratório. | | |

| Exercício Social de 2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária⁽¹⁾ |
|---------------------------------|----------------------------------|--|
| | | Plano Original Ajustado após Saída de Diretor |

| “SOP 2014” | | |
|--|------------|--|
| Número total de Membros | 5 | 4 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 4 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações | | |
| Data de outorga | n/a | 29 de abril de 2014 |
| Quantidade de opções outorgadas | n/a | 1.192.003 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 5 dias contados da data de assinatura do contrato de opção de compra |
| Prazo máximo para exercício das opções | n/a | 10 dias contados o fim do período de carência |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | Restrição à alienação sobre: Todas as ações até 29 de abril de 2016 2/3 das ações até 29 de abril de 2017 1/3 das ações até 29 de abril de 2018 |
| Preço médio ponderando de exercício | | |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---|------------|--|
| de cada um dos seguintes grupos de opções | | |
| - em aberto no início do exercício..... | n/a | n/a |
| - perdidas durante o exercício social ... | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social .. | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social.. | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga | n/a | valor da cotação média das ações da Companhia no período de 60 dias imediatamente anteriores à outorga de opções de compra de ações da Companhia aos beneficiários |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | 0,88% |

| | | |
|---|------------|---|
| “SOP 2016” | | |
| Número total de Membros | 5 | 3,2 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 3,2 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | | |
| Data de outorga | n/a | 29 de abril de 2014 |
| Quantidade de opções outorgadas | n/a | 4.765.918 |
| Prazo para que as opções se tornem exercíveis | n/a | 5 dias contados da data de assinatura do contrato de opção de compra |
| Prazo máximo para exercício das opções | | 10 dias contados o fim do período de carência |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | Restrição à alienação sobre: Todas as ações até 29 de abril de 2016 2/3 das ações até 29 de abril de 2017 1/3 das ações até 29 de abril de |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | 2018 |
|--|------------|--|
| Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: | n/a | |
| - em aberto no início do exercício..... | n/a | n/a |
| - perdas durante o exercício social ... | n/a | n/a |
| - exercidas durante o exercício social .. | n/a | n/a |
| - expiradas durante o exercício social.. | n/a | n/a |
| Valor justo das opções na data de outorga | | valor da cotação média das ações da Companhia no período de 60 dias imediatamente anteriores à outorga de opções de compra de ações da Companhia aos beneficiários |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | | 0,88% |

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|--------------------------------|
| <u>Exercício Social:</u> | 2021 | 2021 |
| Número total de Membros | 5 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 2 | 5 |
| <u>Em relação às opções ainda não exercíveis:</u> | | |
| Quantidade | 74.197 | 5.501.670 |
| Data em que se tornarão exercíveis | 31/12/2023 | 31/12/2022 e 31/12/2023 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---|---------------|---------------|
| prazo máximo para exercício das opções | 3 anos | 3 anos |
| prazo de restrição à transferência das ações | n/a | n/a |
| preço médio ponderado de exercício | 9,31 | 6,13 |
| valor justo das opções no último dia do exercício social | 8,77 | 8,76 |
| Em relação às opções exercíveis: | | |
| Quantidade | n/a | 1.459.626 |
| prazo máximo para exercício das opções | n/a | 3 anos |
| prazo de restrição à transferência das ações | n/a | n/a |
| preço médio ponderado de exercício | 9,31 | 6,13 |
| valor justo das opções no último dia do exercício social | 8,77 | 8,76 |
| valor justo do total das opções no último dia do exercício social | n/a | 12.786.323 |

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Exercício Social: | 2021 | 2021 |
| Número total de Membros | 5 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 2 | 5 |
| Em relação às opções exercidas: | | |
| Número de ações | n/a | 391.739 |
| Preço médio ponderado de exercício | n/a | 6,13 |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | n/a | 180.200,00 |
| Em relação às ações entregues: | | |
| número de ações | n/a | 391.739 |
| preço médio ponderado de aquisição | n/a | 6,13 |
| valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | 180.200,00 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|--------------------------------------|----------------------------------|
| <u>Exercício Social:</u> | 2020 | 2020 |
| Número total de Membros | n/a | 5 |
| Número de Membros Remunerados | n/a | 5 |
| <u>Em relação às opções exercidas:</u> | | |
| Número de ações | n/a | n/a |
| Preço médio ponderado de exercício | n/a | n/a |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | n/a | n/a |
| <u>Em relação às ações entregues:</u> | | |
| número de ações | n/a | n/a |
| preço médio ponderado de aquisição | n/a | n/a |
| valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | n/a |

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|--------------------------------------|----------------------------------|
| <u>Exercício Social:</u> | 2019 | 2019 |
| Número total de Membros | 5 | 3 |
| Número de Membros Remunerados | n/a | 3 |
| <u>Em relação às opções exercidas:</u> | | |
| Número de ações | n/a | 828.835 |
| Preço médio ponderado de exercício | n/a | 4,10 |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | n/a | 9.498.449 |
| <u>Em relação às ações entregues:</u> | | |
| número de ações | n/a | 828.835 |
| preço médio ponderado de aquisição | n/a | 4,10 |
| valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | 11,46 |

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

(a) modelo de precificação

Vide item 13.4(i).

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

Vide item 13.4(i).

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado;

Vide item 13.4(i).

(d) forma de determinação da volatilidade esperada; e

Vide item 13.4(i).

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Vide itens 13.4(h) e 13.4(l).

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão²:

| Acionista | Quantidade de Ações de Emissão da Companhia | |
|-------------|---|-------|
| | Quantidade Total de Ações (em milhares) | % |
| Conselho de | 2.438.253 | 1,15% |

² Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | |
|---------------------|-------------|--------|
| Administração | | |
| Diretoria | 3.101.112 | 1,46% |
| Ações em Tesouraria | 7.834.267 | 3,70% |
| Ações em Circulação | 198.626.368 | 93,69% |
| Total | 212.000.000 | 100% |

| Quantidade de Ações de Controlada da Companhia (Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. – MELK3) | | |
|---|--|--------|
| Acionista | Quantidade Total de Ações (em milhares) | % |
| Conselho de Administração | 29.51.283 | 14,19% |
| Diretoria Executiva | 8.235 | 0,004 |

As participações acionárias mencionadas acima são de data base 31.12.2021.

Exceto pelo informado acima, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem outras ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos por nossos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum. A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

(a) órgão:

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia.

(b) número de membros;

Não se aplica.

(c) número de membros remunerados;

Não se aplica.

(d) nome do plano;

Não se aplica.

(e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;

Não se aplica.

(f) condições para se aposentar antecipadamente;

Não se aplica.

(g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;

Não se aplica.

(h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e

Não se aplica.

(i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não se aplica.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | |
|-------------------------------|-----------------------|----------|----------|---------------------------|----------|----------|
| | 31/12/21 | 31/12/20 | 31/12/19 | 31/12/21 | 31/12/20 | 31/12/19 |
| Número de Membros | 5 | 5 | 3 | 5 | 5 | 5 |
| Número de Membros Remunerados | 5 | 5 | 2,71 | 4 | 4 | 4 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| | | | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|---------|---------|---------|
| Valor da maior Remuneração individual (R\$) | 6.813.246 | 6.772.964 | 6.412.522 | 203.352 | 216.000 | 144.000 |
| Valor da menor Remuneração individual (R\$) | 4.403.924 | 1.579.333 | 221.479 | 53.610 | 144.000 | 84.000 |
| Valor médio da Remuneração individual (R\$) | 5.082.736 | 3.057.061 | 2.349.996 | 133.967 | 162.000 | 132.000 |

Observação:

| <u>Diretoria Estatutária</u> | |
|----------------------------------|--|
| 31/12/2021 | Não tiveram novas outorgas. |
| 31/12/2020 | Parte substancial da remuneração refere-se à apropriação do ILP 2019, que possui prazo de 3 (três) anos. Importante mencionar que neste plano não há pagamento em dinheiro e as concessões são condicionadas ao atingimento de metas a serem apuradas após o fechamento contábil e apuração de metas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. |
| 31/12/2019 | Parte substancial da remuneração refere-se à apropriação do ILP 2019, que possui prazo de 3 (três) anos. Importante mencionar que neste plano não há pagamento em dinheiro e as concessões são condicionadas ao atingimento de metas a serem apuradas após o fechamento contábil e apuração de metas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso ocorreu o distrato do Plano de ILP de 2016. Importante salientar que em 2019 houve renúncia de membro da Diretoria, de forma que a remuneração mínima representa apenas 8,5 meses do exercício. Os valores são apresentados bruto de impostos. |
| <u>Conselho de Administração</u> | |
| 31/12/2021 | A partir de 2021 o Conselho de Administração passa a ser incluído no Programa de ILP. Foi realizado a primeira outorga para parte dos membros do Conselho de Administração, por eles passaram a ser elegíveis ao ILP (em razão de estarem no 2º mandatos consecutivos) com exercício em 3 anos. |
| 31/12/2020 | Os valores são apresentados bruto de impostos. |
| 31/12/2019 | Os valores são apresentados bruto de impostos. |

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam

mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A Companhia não possui acionista controlador.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os valores reconhecidos no resultado de controlada da Companhia como remuneração da Administração por membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram:

| 2021 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladas do emissor | 240.357 | 342.291 | 0 | 582.648 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ nº 43.470.988/0001-65

NIRE 35.300.329.520

| 2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------|--------------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladas do emissor | 62.044,94 | 62.044,94 | | 124.089,88 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

| 2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------|--------------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladas do emissor | 0 | 330.298 | 0 | 330.298,61 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Nas tabelas constantes deste item 13 o número total de membros foi apurado conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021, isto é, o número de membros total de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.